



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA

**QUANDO ‘GEDDEL’ É NOTÍCIA:
Análise semântico-enunciativa de um nome próprio**

**CAMPINAS,
2018**

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA

QUANDO ‘GEDDEL’ É NOTÍCIA:

Análise semântico-enunciativa de um nome próprio

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Eduardo Santos de Oliveira e orientada pela Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira

CAMPINAS,

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

OL4q Oliveira, Eduardo Santos, 1987-
Quando 'Geddel' é notícia : análise semântico-enunciativa de um nome próprio / Eduardo Santos de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Sheila Elias de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lima, Geddel Vieira, 1959-. 2. Geddel (A palavra). 3. Comunicação de massa e linguagem. 4. Jornais brasileiros. 5. Semântica do acontecimento. 6. Designação (Linguística). 7. Enunciação (Linguística). I. Oliveira, Sheila Elias de, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: When 'Geddel' is new : semantic-enunciative analysis of a proper name

Palavras-chave em inglês:

Lima, Geddel Vieira, 1959-
Geddel (The brazilian word)
Mass media and language
Brazilian newspapers
Semantics of the event
Designation (Linguistics)
Enunciation (Linguistics)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em linguística

Banca examinadora:

Sheila Elias de Oliveira [Orientador]
Claudia Freitas Reis
Gabriel Leopoldino dos Santos

Data de defesa: 27-03-2018

Programa de Pós-Graduação: Linguística



BANCA EXAMINADORA

Sheila Elias de Oliveira

Claudia Freitas Reis

Gabriel Leopoldino dos Santos

**IEL/UNICAMP
2018**

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Luzia, pelo amor, cuidado e dedicação oferecidos e compartilhados aos seus 10 filhos, dos quais eu sou o mais novo. Obrigado, mãe, pelo apoio e por tudo que foi feito para que eu chegasse até aqui. Aos irmãos, por fazerem parte de tudo isso e por serem motivo para eu não parar.

À Priscila Weber, companheira, amiga e amor nessa caminhada de mestrado. Obrigado por estar sempre comigo, pelo incentivo, pela força, pelo carinho e por me apresentar essas duas pessoas que me marcam diariamente: Pedro e Helena. A finalização desta etapa só foi possível por causa de teu companheirismo e do amor de vocês.

A Ernandes e Karine e família, pelo apoio e companheirismo nesses longos anos de amizade.

Aos amigos de São Luís, Campinas e São João del-Rei: muito obrigado.

A Eliezer Silva, grande amigo e fundamental neste percurso desde antes da entrada no mestrado. A tua parceria, Zé, foi essencial para este momento.

A Gustavo, sempre presente e atuante nessa caminhada. A tua amizade e dedicação só aumentam a minha admiração por ti.

Aos amigos do IEL: Nei, pela camaradagem e compartilhamento de ideias e discussões sobre a teoria, sobre a pesquisa e sobre outras questões que não entram no Lattes; Sheila Maria, pela amizade e muitas conversas que amenizaram nossas pesquisas; a Vinicius Massad, pelas discussões e apontamentos em momentos cruciais da pesquisa.

Ao Miguel e Claudio, funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, pelo profissionalismo, respeito e simpatia no atendimento sempre que solicitados. Vocês fazem parte disso!

À professora Sheila Elias de Oliveira, pelo zelo, paciência, profissionalismo, respeito e dedicação nesse período de orientação, ao fazer apontamentos essenciais ao desenvolvimento tanto da dissertação quanto do meu percurso na pesquisa acadêmica. Não seria hipócrita eu falar que você é a melhor orientadora que eu poderia ter!

À professora Claudia Reis e ao professor Gabriel Leopoldino, pela participação na banca de qualificação e na defesa da dissertação. Levo os apontamentos de vocês para além desta dissertação. Muito obrigado!

Ao professor Eduardo Guimarães, pelas teoria, aulas e discussões que efervesceram essa caminhada, e por participar como suplente da banca de defesa desta dissertação. Ao professor Taisir Karim, pela atenção e por participar da banca de defesa desta dissertação,

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa no período de julho de 2017 a fevereiro de 2018.

À Helena, que daqui uns anos poderá ler isto: “Helena, você é meu acontecimento enunciativo!”

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a designação do nome próprio *Geddel* em notícias, tendo como *corpus* matérias nos jornais **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo** e **O Globo**, a partir da prisão preventiva de Geddel Quadros Vieira Lima em 03 de julho de 2017. Para tanto, analiso e exponho como os sentidos do nome *Geddel* são constituídos no acontecimento enunciativo, atentando para as tensões da divisão política no processo de agenciamento enunciativo, por meio dos procedimentos de reescrituração e da observação da cena enunciativa. Para sustentar esta pesquisa, tomo como base teórico-metodológica a Semântica do Acontecimento, linha teórica de perspectiva materialista e que considera o sentido das palavras a partir do batimento entre o presente do acontecimento enunciativo e sua história de enunciações. Nessa perspectiva, o sentido de um nome é construído na enunciação e não diz respeito somente a uma relação referencial. As análises têm como objetivo compreender a designação, nas notícias, do sujeito denominado no registro civil como Geddel Quadros Vieira Lima em notícias. Para tanto, identificarei as palavras empregadas para nomear ou predicar esse sujeito na construção da referência; analisarei como a argumentação jornalística constrói a designação de nome próprio, a partir a observação dos procedimentos de reescrituração e dos discursos direto e indireto, e dos verbos *dicendi*; e descreverei o funcionamento político nos acontecimentos enunciativos. A partir das análises, é possível observar que *Geddel* não é determinado e nem designado da mesma maneira; os sentidos são diferentes a depender do acontecimento enunciativo. E essa diferença está no texto: na relação com seu nome próprio sendo determinada e nomeada de diferentes formas, havendo mais de uma possibilidade de designá-lo. Para finalizar, identificou-se que os modos de enunciar da notícia – esse lugar tomado como o mais objetivo, imparcial e neutro – são um efeito, uma construção de elementos na enunciação que assim se apresentam; são um ato político, pois ao falar de algo, fala-se desta forma e não de outra, produzindo este sentido e silenciando outros.

Palavras-chave: Notícias. Semântica do acontecimento. Designação. Geddel.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the designation of the name Geddel in news, having as corpus some articles presente in the newspapers O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo and O Globo, from the preventive detention of Geddel Quadros Vieira Lima on July 03 2017. In order to make it possible, I analyze and explain how the meanings of the name Geddel are constituted in the enunciative event, taking into account the tensions of the political division in the process of enunciative agency, through the procedures of rewriting and observation of the enunciative scene. To support this research, my theoretical-methodological basis is the Semantics of the Event, theoretical line of materialist perspective that also considers the meaning of words from the collision between the present of the enunciative event and its history of its enunciations. In this perspective, the meaning of a name is constructed in enunciation and does not refer only to a referential relation. The analyzes are intended to understand the designation, in the news, of the subject named in the civil registry as Geddel Quadros Vieira Lima. To do so, I will identify the words used to name or value this subject in the construction of the reference; I will analyze how the journalistic argumentation constructs the designation of a proper name, starting from the observation of the procedures of rewriting and of the direct and indirect discourses, and of *dicendi* verbs; and I will describe the political functioning of enunciative events. From the analyzes, it is possible to observe that Geddel is neither determined nor designated in the same way; the meanings are different depending on the enunciative event. And this difference is in the text: in the relation to its proper name being determined and named in different ways, enabling more than one possibility of designating it. Finally, it was identified that the new's modes of enunciation - this place taken as the most objective, impartial and neutral - are an effect, a construction of elements in the enunciation that thus present themselves; are a political act, because when speaking of something, it is spoken this way and not another, producing this sense and silencing others.

Keywords: News. Semantics of the event. Designation. Geddel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa Folha de São Paulo, 04 de julho de 2017.	36
Figura 2 - Notícia sobre prisão de Geddel na seção “Poder”.	39
Figura 3 - Capa de O Estado de São Paulo, 04 de julho de 2017	42
Figura 4 - Notícia da seção “Política”	44
Figura 5 - Coluna "Para lembrar".	44
Figura 6 - Coluna "Perfil"	45
Figura 7 - Capa de O Globo, 04 de julho de 2017.	47
Figura 8 - Notícia de O Globo, 04 de julho de 2017.....	49
Figura 9 – Notícia de O Estadão, 05 de julho de 2017.	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A RELAÇÃO DA LÍNGUA COM A HISTÓRIA E COM O POLÍTICO	13
1.1 Linguagem e significação: de Michel Bréal a Ferdinand de Saussure	13
1.2 Subjetividade e polifonia na enunciação.....	15
1.3 Enunciação: o político no acontecimento	18
1.4 Um diálogo com a Análise de Discurso	22
1.5 As relações de textualidade e a argumentação	24
2 OS MODOS DE ENUNCIAR NAS NOTÍCIAS	28
3 QUEM É <i>GEDDEL</i> NAS NOTÍCIAS?.....	34
3.1 <i>Geddel</i> , o amigo de Temer?	36
3.2 <i>Geddel</i> , um criminoso em série?	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a designação do nome próprio *Geddel*, tal como ele aparece em notícias de jornais impressos de circulação nacional no Brasil em 2017. *Geddel* dá nome a uma investigação policial de corrupção, referida como "o caso Geddel" e ao político investigado, integrante dos últimos governos federais.

A investigação¹ sobre *Geddel* ocorria desde janeiro do mesmo ano, quando foi deflagrada a Operação *Cui Bono?* ("A quem beneficia?"); operação esta que apurava fraudes para liberação de créditos na Caixa Econômica Federal (CEF), na época em que *Geddel* ocupava o cargo de vice-presidente do banco (2011-2013). A prisão² de *Geddel*, por sua vez, foi baseada na delação de outros dois criminosos: Joesley Batista e Lúcio Funaro.

Filho de um vereador do interior baiano, *Geddel* teve uma ascensão categórica em sua carreira³: com apenas 24 anos de idade, foi nomeado como diretor do Banco do Estado da Bahia S.A.; depois se tornou assessor da Casa Civil da Prefeitura de Salvador (1988-1989) e presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Bahia, com apenas 30 anos. A trajetória política dele se inicia em 1990, quando é eleito deputado federal da Bahia, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – cargo em que se reelegeria até o ano de 2006. No ano seguinte, assumiria o Ministério da Integração Nacional, na segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No período de 2011 a 2013, assumiu a Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da CEF. Seu último cargo político foi exercido em 2016, como Ministro da Secretaria de Governo, quando Michel Temer, ainda como presidente interino, nomeou *Geddel* para a função, na qual ficou até o final do mesmo ano.

A prisão de *Geddel* ocorre num momento em que o presidente da república, Michel Temer, havia sido gravado em conversa com Joesley Batista, que em delação premiada apontou *Temer* como líder de uma organização criminosa⁴; além disso, o procurador-geral da Rodrigo Janot havia denunciado Michel Temer pelo crime de corrupção passiva, o que proporcionou a

¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/pf-faz-operacao-contrafraude-em-liberacao-de-credito-na-caixa.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2017.

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/geddel-vieira-lima-e-preso.ghtml>>. Acesso em: 23 out. 2017.

³ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geddel-quadros-vieira-lima>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

⁴ Disponível em: <<http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/joesley-batista-temer-e-o-chefe-da-quadrilha-mais-perigosa-do-brasil.html>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

discussão sobre abertura de processo no legislativo contra o presidente - denúncia rejeitada pela Câmara dos Deputados em duas oportunidades. A prisão é feita em meio a outras investigações e prisões, amplamente divulgadas nos jornais e revistas, sejam em meio impresso, televisivo ou na internet, produzindo um efeito do aparente fator de democracia e justiça: a lei é para todos.

Como semanticista, analiso e exponho como os sentidos de *Geddel* são constituídos no acontecimento enunciativo, atentando para as tensões da divisão política no processo de agenciamento enunciativo, por meio dos procedimentos de reescrituração e da observação da cena enunciativa. O *corpus* da pesquisa é composto de matérias dos jornais **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo** e **O Globo**, em seguida à prisão preventiva de *Geddel* em 03 de julho de 2017.

Busco destacar a importância, para uma semântica enunciativa, de se pensar a significação do nome próprio e identificar os efeitos de construção de um nome público para o sujeito nas notícias. O nome próprio não é só uma etiqueta, só uma classificação, e que relaciona um nome a um objeto único, mas ele significa, e essa significação identifica o sujeito, particularizando-o no próprio acontecimento enunciativo e produzindo sentidos sobre ele.

Para sustentar esta pesquisa, tomo como base teórico-metodológica a Semântica do Acontecimento, em sua relação com a Análise de Discurso, em uma perspectiva materialista que considera o sentido das palavras a partir do batimento entre o presente do acontecimento enunciativo e sua história de enunciações. No capítulo 1, discorrerei sobre as condições intelectuais de produção da Semântica do Acontecimento, apontando os caminhos que possibilitaram a sua formulação. Fazer isso é dispor de um percurso que elucida tanto a proximidade com algumas teorias, quanto o afastamento de outras. Percurso este permeado por constantes reflexões, mudanças e legitimação de um viés que trate a semântica e a enunciação a partir de uma posição epistemológica materialista.

O capítulo 2 apresenta os modos de enunciar nas notícias, no qual será feito um percurso sobre as teorias da notícia, analisando os conceitos de *objetividade* e *neutralidade*, desde o aparecimento destes até o momento atual, em que as *fake news* permeiam as discussões sobre o jornalismo. O objetivo é discutir, do ponto de vista de uma abordagem materialista, as características da notícia para identificar os modos de dizer e a distribuição dos lugares de fala nos jornais, analisando-os sob nossa posição materialista.

No capítulo 3, são apresentadas as análises do *corpus* jornalístico, nas quais serão mobilizados conceitos e categorias de análise pertinentes à posição teórica adotada nesta

pesquisa. As análises têm como objetivo compreender a designação do nome próprio de *Geddel* em notícias. Para tanto, identificarei as palavras empregadas para nomear ou predicar *Geddel*; analisarei como a argumentação jornalística constrói a designação de nome próprio, a partir a observação dos procedimentos de reescrituração, e descreverei o funcionamento político nos acontecimentos enunciativos.

1 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A RELAÇÃO DA LÍNGUA COM A HISTÓRIA E COM O POLÍTICO

Neste capítulo, busco apresentar a Semântica do Acontecimento, apontando os caminhos que possibilitaram a sua formulação. Fazer isso é dispor de um percurso que elucida tanto a proximidade com algumas teorias, quanto o afastamento de outras. Percurso este permeado por constantes reflexões, mudanças e legitimação de um viés que trate a semântica e a enunciação a partir de uma posição epistemológica materialista.

Num primeiro momento, será feito um percurso pela história dos estudos sobre a língua e a significação, a partir das obras de Michel Bréal e Ferdinand de Saussure. Na segunda parte, consideraremos os trabalhos sobre enunciação, bem como os estudos de outra teoria de posição materialista: a Análise de Discurso de perspectiva francesa; assim, será possível observar como esses estudos possibilitaram a elaboração da teoria à qual nos filiamos. Por fim, discorreremos sobre a argumentação, destacando a diferença estabelecida pela Semântica do Acontecimento nos estudos argumentativos.

1.1 Linguagem e significação: de Michel Bréal a Ferdinand de Saussure

A Semântica, como disciplina linguística, tem como objeto, desde o século XIX, a significação. O francês Michel Bréal, considerado um dos precursores da semântica como disciplina, opondo-se ao atomismo linguístico característico do seu tempo, já propunha, no final do século XIX, um tratamento da palavra por dois aspectos, como aponta Guimarães (1995): falar sobre significação requer considerar não apenas a etimologia das palavras, mas o emprego delas; e, para além de considerar uma palavra de forma isolada, é preciso atentar para a relação dela com outras palavras e com o léxico e frases nas quais aparece.

Consideram-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado a fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases (BRÉAL, 1883, p. 133 *apud* GUIMARÃES, 1995, 13).

Na obra **Ensaio de Semântica** (1887), Bréal inscreve seu pensamento no historicismo vigente na época, e se opõe ao comparatismo e à concepção predominante nos estudos linguísticos que tomava a linguagem como um organismo e as palavras como seres vivos, que “nasciam, venciam os combates, se propagavam e morriam” (BRÉAL, 1887, p. 18).

A linguística fala ao homem dele mesmo: ela lhe mostra como ele construiu, como aperfeiçoou, por sobre os obstáculos de toda natureza, malgrado inevitáveis demoras, e mesmo recuos momentâneos, o mais necessário instrumento de civilização. É pertinente dizer também de que modo conserva-se ou se altera esse instrumento que nos é confiado e pelo qual somos responsáveis [...] (BRÉAL, 1887, p. 17).

Desta forma, a ruptura de Bréal com essas tradições está justamente no fato de considerar dois pontos descartados até então na tradição linguística dominante: o sujeito (o homem) e a história social da linguagem. Ora, ao criticar o pensamento de que o sentido e a forma das palavras tinham existência própria, tal como um ser vivo, Bréal atribui à intervenção do homem – por meio da inteligência e da vontade – o processo de mutação ou transformação da palavra. Assim, Bréal levanta questões relacionadas à subjetividade – para ele, “o elemento subjetivo”, central na sua compreensão da linguagem – que seriam trabalhadas, de modos distintos, mais à frente, nos estudos de enunciação (por exemplo, em Bally, Benveniste, Ducrot, para ficar na tradição francesa).

O elemento subjetivo, segundo Bréal, pode ser evidenciado por elementos da língua como os advérbios, as conjunções e os modos, os tempos e as pessoas verbais. Ao falar sobre as três pessoas do verbo, Bréal destaca questões que mais à frente seriam tratadas por Benveniste:

Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que convencionou chamar a *primeira*). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não se distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem (BRÉAL, 1887, p. 161).

Ora, esta é a importância de se trazer Bréal, embora de forma sucinta, aos estudos da Semântica do Acontecimento: possibilitar sobre a relação do sujeito e da história no mundo, visto que esta trabalha justamente a partir da relação ente o acontecimento enunciativo e com a história de enunciações de uma palavra.

Aluno de Bréal, mas com uma outra perspectiva, Ferdinand de Saussure fornece um modelo relacional para a linguística do século XX: a língua como parte essencial da linguagem.

A partir da tomada da língua como sistema de signos em oposição pelo princípio de valor, um signo (constituído de significado e significante) se define pelo que os outros não são:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (SAUSSURE, 1969, p. 136).

Ao considerar a língua como objeto de estudo da linguística, diferentemente de Bréal, Saussure enfatizava as relações próprias e internas do sistema da língua em detrimento das relações entre língua, linguagem e exterioridade. Assim, a significação de um signo não era relacionada com algo exterior a ele (o mundo, os objetos), e os sujeitos, divididos entre a homogeneidade do social da língua e a liberdade individual da fala, ficavam em segundo plano.

O corte saussuriano, ao considerar a significação como subordinada ao valor, possibilita a busca por uma teoria geral da língua (pela fonologia, sintaxe e morfologia), como sistema, mas desconsidera, exclui o sujeito e, conseqüentemente, a semântica, visto que, para Saussure, “a significação é de ordem da fala e do sujeito, só o valor diz respeito a língua” ((HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007). Fato é que o “corte saussuriano exclui e dá o quadro de pertinência para o excluído” (GUIMARÃES, 1995, p. 20), que vai sendo reposto na reflexão sobre a linguagem ao longo do século XX.

Feita essa síntese, discorrerei sobre como a Semântica do Acontecimento se dá a partir dos estudos de Benveniste e Ducrot, pontuando relações que ela sustenta (ou não) com esses autores.

1.2 Subjetividade e polifonia na enunciação

Neste trabalho, será considerada que a constituição dos sentidos se dá no acontecimento da enunciação; e isso possibilitará observar a designação a partir da perspectiva enunciativa. Posto isso, discorrerei sobre a enunciação a partir dos trabalhos de Émile Benveniste e Oswald Ducrot, e de como a Semântica do Acontecimento se faz valer desses estudos e como se diferencia deles. Ao percorrer pela história dos estudos da *enunciação* – ciente de que não pretendo exaurir essa discussão, visto que haja outros trabalhos que apontam para esses percursos –, observarei que a questão da significação não pode ser restringida à

relação de referência, mas que se marca pelo social, pela historicidade, pela subjetividade e pelo político (MACHADO, 2011).

Émile Benveniste, considerado um dos grandes nomes da semântica e dos estudos da enunciação, ao distinguir semiótico (o sistema linguístico e as relações paradigmáticas entre as unidades desse sistema – os signos) e semântico (a compreensão dos signos, o discurso), sustenta a ideia de sistema linguístico proposta em Saussure, mas, com a entrada da intersubjetividade da linguagem, e rompe “a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da significação” (GUIMARÃES, 1995, p. 45).

Tal como Bréal, Benveniste trabalha com as vozes verbais, e com os pronomes como marcadores da subjetividade no momento em que se fala. Benveniste destaca os pronomes pessoais (eu, tu, ele) como signos vazios, uma vez que a identificação de seus referentes depende do momento em que aparecem no discurso. Assim, ao se apropriar da forma “eu”, o locutor instala a subjetividade e o outro (tu), bem como a temporalidade do dizer, organizando passado e futuro a partir da referência do presente, do momento em que o locutor enuncia. Ou seja, a (inter)subjetividade, devido a relação entre *eu* e *tu*, e a relação com o mundo (a referência) são instaladas.

A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. [...] A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno (BENVENISTE, 1977, p. 84).

Com isso, o linguista francês destaca seu conceito de enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1977, p. 82). Assim, nesse ato individual de se apropriar da língua, o locutor (*eu*) se coloca como parâmetro da enunciação – e faz com que a língua deixe de ser apenas uma “possibilidade de língua” (BENVENISTE, 1977, p. 83) e instala o interlocutor (*tu*), o *outro* “que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1977, p. 84).

A enunciação, segundo Benveniste tem um *eu* que se apropria da língua, instalando um *tu*, como se essa relação de alteridade fosse a definidora e constitutiva da enunciação:

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo [...]. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de

parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação (BENVENISTE, 1977, p. 87, grifos do autor).

Além de colocar o locutor como quem instala a enunciação, a partir do momento em que esse diz “eu”, Benveniste sustenta que a relação do sujeito com o mundo (a referência) ocorre a partir da linguagem: a linguagem trabalha como mediadora na relação homem/mundo, simbolizando o real a partir da apreensão feita pelo locutor ao enunciar.

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente pela linguagem. [...] a situação inerente ao exercício da linguagem, que é da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade (BENVENISTE, 1976, p. 26).

Contrapondo-se à unicidade atribuída ao sujeito benvenistiano a partir da definição de “enunciação” em “O aparelho formal da enunciação”, Oswald Ducrot (1987) destaca a enunciação não como a apropriação da língua feita por um locutor, mas como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”. Com isso Ducrot afirma que a enunciação é engendrada não pelo sujeito falante, mas pelo aparecimento do enunciado⁵ – não havendo a necessidade de se saber sobre quem seja o autor⁶ do enunciado (DUCROT, 1987).

Segundo Ducrot (1984, 1987) o enunciado é uma entidade empírica, linguística e observável, é a realização da frase – esta, uma entidade abstrata, teórica, que não pode ser observada. Assim, o enunciado é considerado como “a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164). Com isso o linguista francês distingue a frase como um elemento repetível e o enunciado como não podendo ser repetido. E isso pode ser entendido a partir da teoria da polifonia do enunciado.

Partindo do conceito de *polifonia* em Bakhtin, Ducrot consolida a sua crítica à centralidade do sujeito e toma o enunciado como polifônico. Em “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” (1987), Ducrot considera que o responsável por um enunciado, na enunciação, projeta diferentes figuras que possibilitam a polifonia dos sentidos de um enunciado, a saber: o sujeito empírico (falante), aquele que profere o enunciado; o locutor, a

⁵ Ducrot (1984, 1987) considera o enunciado, uma entidade empírica e observável, como a realização da frase, uma entidade abstrata, teórica, que não pode ser observada. Assim, o enunciado é considerado como “a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164).

⁶ Aqui, autor é uma categoria linguística e não uma empírica.

figura da enunciação representada como responsável pelo enunciado, e que apresenta marcas de primeira pessoa, como o pronome “eu”; e o enunciador, isto é, a figura na enunciação que determina a perspectiva, o ponto de vista, que pode tanto afirmar quanto negar uma posição frente a um enunciado.

Para Ducrot (1987), locutor e enunciador apresentam dois níveis de polifonia quanto ao enunciado⁷. No caso do primeiro nível, ao produzir um enunciado, o sujeito empírico se representa – sem se dar conta – em Locutor-L (a fonte do dizer) e “locutor enquanto ser do mundo” (λ); no segundo, o falante apresenta a posição quanto à perspectiva da enunciação, seja para sustentar, seja para contrapor. Para exemplificar: “Você não trouxe o documento que pedi”, em que L é essa pessoa que pronuncia o enunciado, e λ é a posição social afetada na enunciação (o chefe, o empregado, o aluno, o professor etc., que pediu o documento); por sua vez, há um enunciador que afirma que o documento não foi trazido, e há outro que aponta que o documento deveria ser trazido.

Para Ducrot, é essa não unicidade da perspectiva enunciativa que considera um enunciado como posto e um outro como pressuposto, um não-dito que sustenta o enunciado (MACHADO, 2011). Esse modo de dizer algo como se não fosse dito, o pressuposto, diz respeito a um (ou mais) enunciador que fala no enunciado junto ao posto pelo locutor.

1.3 Enunciação: o político no acontecimento

Na posição materialista à qual me filio, a enunciação não é compreendida como o funcionamento da língua a partir de um ato individual de um locutor. Logo, se em Benveniste o funcionamento da língua se dá pela apropriação individual do locutor – sendo este quem determina o tempo da enunciação no momento em que enuncia, organizando um antes e um depois do momento da enunciação, tornando-se origem do tempo na linguagem –, e em Ducrot se dá pelo aparecimento de um enunciado a partir de sua tomada por um locutor, em Guimarães (2002, 2007b, 2008) o funcionamento da língua se dá no e pelo acontecimento, isto é, “se dá por agenciamentos específicos pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2008, p. 88).

⁷ Cabe a observação de que esse conceito corresponde ao primeiro momento da teoria polifônica de Ducrot. No mais atual momento, Oswald Ducrot e Marion Carel atualizam essa teoria a partir da teoria dos blocos semânticos, como fazem em “Atualização da polifonia” (2010).

Tal como Guimarães (2002, 2007b, 2008), considero a enunciação como um acontecimento de linguagem, caracterizada por quatro elementos: a língua, o sujeito constituído por esse funcionamento da língua no acontecimento (o locutor), a temporalidade do acontecimento e o real ao qual o dizer é exposto – e isto não diz respeito ao contexto ou situação, mas à “materialidade histórica do real” (GUIMARÃES, 2002, p. 11). Aqui, diferente de outras posições enunciativas, a língua não é definida como um sistema fechado, uma estrutura, “mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2007a, p. 96).

Tomar o real como aquilo de que a linguagem fala implica também não assumir um mundo pronto, *a priori*, ou totalmente apreensível pela linguagem. Ademais, não é como pessoa física que o sujeito enuncia, mas “enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Segundo Guimarães (2002), o acontecimento de enunciação “não é um fato no tempo” (GUIMARÃES, 2002, p. 11) e que é temporalizado a partir do ato individual do locutor: o acontecimento é que temporaliza; não é um fato novo e distinto constituído pelo sujeito quando este se apropria da língua ao tomar a palavra como locutor, organizando um antes e um depois de enunciar; o acontecimento, inscrito na memória interdiscursiva, constitui um presente, rememora um passado de enunciações anteriores (o memorável) e projeta um futuro. Esse memorável, que não diz respeito às lembranças ou fatos históricos e cronológicos, faz o presente e o futuro significarem e projeta a interpretação, “ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Nessa teoria, o falante tomado como um sujeito “[...] destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar do lugar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros” (GUIMARÃES, 2008, p. 88). O falante, segundo Guimarães (2002, 2007b) não é uma figura empírica, dotada de características físicas e psíquicas – como apontava Ducrot (1987) –, mas é uma categoria linguística e enunciativa, figura da enunciação, constituída nos e pelos espaços de enunciação e, por isso, política (GUIMARÃES, 2008).

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer

e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento [...] (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

É nos espaços de enunciação que os lugares de dizer são distribuídos pelo funcionamento político do acontecimento, hierarquizando “os lugares dos quais se fala, produzindo-se, assim, sentidos diferentes na enunciação, sentidos que se dividem, entram em conflito e sentidos que são apagados” (MACHADO, 2011, p. 22). Ou seja, o acesso aos espaços de dizer não é homogêneo, visto que estes são distribuídos (ou negados) de forma desigual. Por isso, num país onde se fala a mesma língua oficial, as “divisões são atribuídas diferentemente, politicamente constituindo assim falantes distintos” (GUIMARÃES, 2008, p. 88).

Isso me leva a considerar, segundo Guimarães (2002), que enunciar é “uma prática política” (GUIMARÃES, 2002, p. 08). Aqui, o *político* é tomado como conflito, e analisado nas relações de forças que dividem o dizer. Guimarães (2002) o define como a

[...] contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Essa ideia do *político* como conflito é baseada nos estudos de Jacques Rancière (1996). Este filósofo materialista francês, desmontando o imaginário da política como espaço (ou possibilidade) para a igualdade e que busca alcançar a resolução dos problemas e diferenças sociais, aponta a política como *desentendimento*: o convívio e as relações não são iguais, as oportunidades não se dão de forma similar; em uma mesma sociedade as pessoas não se entendem.

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. [...] Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras (RANCIÈRE, 1996, p. 11-12).

Trabalhando esse conceito de Rancière, Machado (2011), como semanticista, afirma:

A questão do litígio, de ter ou não valor, se dá pela situação de fala. Fazer parte da comunidade é ter sua palavra (logos) ouvida e compreendida, e isso depende da virtude que se tem, do valor, e que dá direito a um lugar na comunidade. Nem todos possuem igualmente o direito de falar e de serem compreendidos, pois que há na sociedade os que

mandam e os que obedecem, isto é, a desigualdade. [...] O que ele nos mostra é que falar é uma questão política: os desiguais se colocam como iguais e falam. Não se trata apenas de comunicar-se, de falar e ser compreendido numa situação de interlocução. O pertencimento à comunidade, ter seu lugar é o que dá direito, legitimidade à fala, é o que nos faz sermos “ouvidos”, “compreendidos”. (MACHADO, 2011, p. 60).

Uma vez que o acontecimento enunciativo é político, a tomada da palavra apresenta as figuras de “aquele que fala” e de “aquele para quem se fala”, isto é, os lugares que o acontecimento enunciativo constitui: a cena enunciativa, uma especificação local do espaço de enunciação que apresenta as “configurações específicas do agenciamento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Na cena, os lugares enunciativos se dão a partir do Locutor (L), o lugar de que se enuncia e que se apresenta como origem/fonte do dizer. Este Locutor se desdobra em dois: o locutor-x (l-x), o lugar social do dizer que afeta e possibilita (autoriza) que L fale, em que -x é uma variável que indica o lugar social; e o enunciador (E), isto é, uma perspectiva, um lugar de dizer, podendo ser individual, coletivo, universal ou genérico (GUIMARÃES, 2002). A cena enunciativa permite observar como as formas linguísticas significam na relação com as projeções do falante ao se colocar como origem do dizer, no modo como esse constrói a possibilidade de dizer partir de um lugar social que o predica (locutor-x), e as configurações que desdobram a relação entre sujeitos e destes com os objetos (E). A enunciação é assim compreendida como “um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (GUIMARÃES, 2002, p. 08).

Diante da não transparência das línguas e da linguagem, e da divisão de sentidos que está na base do conflito político que se materializa no dizer, é preciso refletir sobre fatos de significação como designação, referência e nomeação. Para Guimarães, a nomeação é “o funcionamento pelo qual algo recebe um nome”; a referência é “um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na enunciação e pela enunciação”, como quando um nome particulariza uma pessoa. Já a designação, diz respeito à significação de uma palavra, ao processo pelo qual um nome identifica algo, ou seja, “é o sentido de um nome que estabelece a relação desse nome com as coisas tomadas como existentes, mas esta relação não é referencial” (GUIMARÃES, 2014, p. 60).

Ora, ao identificar algo existente, a designação “possibilita que se faça referência a coisas particulares em situações particulares” (GUIMARÃES, 2014, p. 61). Posto isso, não há referência sem designação, portanto todo objeto, ao ser apreendido pela linguagem, se torna já um objeto simbólico, e é esta sua existência material, inscrita nas redes de sentidos do

memorável, com suas dominações, suas diferenças, suas contradições, materializadas nos modos de dizer possibilitados pelo funcionamento do sistema da língua.

Por ser linguística e histórica (GUIMARÃES, 2003), a designação não deve ser reduzida a um aspecto referencial, de rotular algo existente no mundo: a designação de uma palavra é constituída a partir da história de enunciações que determina e predicam essa palavra. Ressalte-se que essa perspectiva não desconsidera a referência (a relação de uma palavra com algo exterior a ela), mas considera que a relação de referência se dá por uma construção da linguagem: “só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra” (GUIMARÃES, 2007a, p. 77). Ou seja, uma perspectiva que toma a linguagem como não-transparente.

1.4 Um diálogo com a Análise de Discurso

A posição à qual me filio (Semântica do Acontecimento) trabalha com a enunciação, procurando estabelecer um diálogo com a Análise de Discurso (AD) de perspectiva francesa, que, enquanto teoria materialista da linguagem, trabalha com o discurso e com a noção de interdiscurso, de suma importância para este estudo. Nessa perspectiva, a língua é entendida não como transparente e neutra, mas como opaca e atravessada pelo equívoco, pela possibilidade do sentido outro.

A AD busca compreender como os sentidos são produzidos a partir dos objetos simbólicos e como estes têm “significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 26). Tal como a Semântica do Acontecimento (SA), a AD aponta para a dispersão do sujeito (falante, na SA) e para as delimitações que ele sofre nos espaços de dizer, bem como não trata o sujeito (ou falante) como “dono” e/ou origem do dizer.

Segundo Orlandi (2013), a AD se distancia do esquema básico comunicacional em que a língua é um instrumento para a comunicação e que fornece mecanismos para uma “boa” comunicação. Isso porque esse esquema trabalha a partir de uma relação linear horizontal entre um emissor, a partir de seu “repertório” (referente), que envia, por meio de um canal, uma mensagem codificada a um destinatário, que também tem um tipo de repertório. A comunicação

“perfeita” se daria a partir desse modelo, desde que se evitasse os “ruídos” nessa comunicação⁸ (BLIKSTEIN, 2006).

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentido afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desse sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (ORLANDI, 2013, p. 21).

Posto isso, o discurso é entendido como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2013, p. 21). E é na relação de um discurso com outros que se dá o interdiscurso, tal como definido por Pêcheux (1975) e retomado por Orlandi: “todo o conjunto de formulações ditas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2013, p. 33). Aquilo que foi dito antes (o interdiscurso, a memória discursiva) em algum outro lugar é o que possibilita e sustenta que algo seja dito, mesmo que de outra forma, e faz efeito neste. E isto é que possibilita a um discurso remeter a outros discursos, ou seja, “a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os” (GUIMARÃES, 2002, p. 68).

O interdiscurso, essa relação de dizeres já ditos que surgem ou que são esquecidos, possibilita desfazer o mito do sujeito como origem do dizer e a ilusão da intencionalidade:

O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados. (ORLANDI, 2013, p. 32).

Além da relação entre os dizeres, os estudos de Orlandi (2013) destaca o funcionamento da linguagem a partir da tensão entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia. Nos processos parafrásticos, há sempre um retorno ao dizível, ou seja, de um mesmo dizer se produzem diferentes formulações (ORLANDI, 2014); nos processos polissêmicos, por sua vez, há um deslocamento, a partir do equívoco, nos processos de significação (ORLANDI, 2014).

⁸ No livro “Técnicas de comunicação escrita”, Izidoro Blikstein, de uma perspectiva retórica que visa ao convencimento, fornece “dicas” para a “boa escrita”. O autor oferece “segredos da comunicação escrita”, Blikstein destaca os “tropeços” que se deve evitar, bem como uma “receita” para quem deseja ser eficaz na escrita.

Essas duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2013, p. 36)

Por fim, para sustentar esse diálogo com a AD, faz-se necessário apontar outro conceito dessa teoria que se fará presente neste trabalho: o silêncio. Orlandi (1992) trata o silêncio não como um fenômeno físico, mas como um processo constitutivo da linguagem. Distanciando-se de uma abordagem que considera o silêncio como falta, Orlandi (1992) coloca o silêncio como fundador, como condição da significação e a palavra como “excesso”: não é a palavra que veio primeiro, mas sim o silêncio; este possibilitou o funcionamento da palavra.

Orlandi (1992, 2003) destaca duas formas de silêncio. A primeira é o silêncio fundador, o silêncio “como horizonte, como eminência de sentido. [...] silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 2013, p. 83). A segunda, o silenciamento ou política do silêncio, é dividida em duas: o silêncio constitutivo, que determina os limites do dizer, entre o dito e o não-dito, “pois uma palavra apaga outras palavras” (ORLANDI, 2013, p. 83); e o silêncio local, isto é, a proibição do dizer, como a censura.

Essas discussões vão contribuir para as análises desta pesquisa, uma vez que esses conceitos serão trabalhados de modo conjunto à observação dos procedimentos de reescrituração e das cenas enunciativas do *corpus*, e possibilitará atentar não apenas para as designações de *Geddel* que aparecem nas notícias, mas também para aquelas que são silenciadas. Possibilitará, também, atentar que o que já fora dito sobre *Geddel*, o memorável, é a sustentação das formas de significação dessa palavra em estudo.

1.5 As relações entre textualidade e argumentação

Esta pesquisa analisa a designação do nome próprio *Geddel* em notícias. E para analisar essa palavra é preciso tomá-la como integrante do enunciado, estando este integrado ao texto. Ou seja, entender os sentidos de uma palavra é atentar para sua relação com o acontecimento e para sua relação com outras palavras, com o enunciado, com o texto, para além de uma relação sintática, segmental. Assim, é necessário observar a relação do nome que designa o sujeito com outras palavras nos textos que serão analisados, observando quais

sentidos são evidenciados e quais são apagados, silenciados. Para isso, é preciso, também, considerar a argumentação, pois, “a análise das articulações dos enunciados e nos enunciados é o estudo da orientação argumentativa produzida pelos enunciados; a análise do modo como os enunciados se integram nos textos nos leva ao processo de argumentação de um texto” (GUIMARÃES, 2008, p. 89)

Tomo a argumentação aqui a partir de Guimarães (1995, 2002, 2013a): nem como uma técnica ou modo para persuadir ou convencer alguém, nem somente como orientação argumentativa (linguística), conforme apontou Ducrot, mas como a sustentação de uma posição, na enunciação, pelo sujeito falante. E para tratar a argumentação é preciso pensá-la a partir das relações (políticas) estabelecidas nas cenas enunciativas, atentando-se para o agenciamento do falante em locutor. Isso será especificado nas análises, quando serão descritas as relações nas cenas enunciativas.

Ao negar o aspecto persuasivo da argumentação, Guimarães (2007b, 2013a) afirma que o acontecimento é que sustenta a argumentatividade do enunciado, do texto. Assim, o acontecimento enunciativo possibilita perceber muito mais que uma orientação argumentativa nas marcas linguísticas: uma vez que há outras vozes que perpassam o locutor na cena enunciativa, “a diretividade do texto é uma construção do locutor, mas a sequência do texto” pode não significar “simplesmente nessa direção” (GUIMARÃES, 2013a, p. 281). E isso também tem a ver quando se pensa que “argumentar é, mais que estabelecer uma conclusão, silenciar outros percursos da significação textual” (GUIMARÃES, 1995a, p. 82).

Da posição teórica à qual me filio, não considero *texto* como um objeto empírico produzido por alguém em um determinado tempo e cujas características sejam a organização linear de palavras e frases, como se o sentido de uma palavra ou expressão fosse construído por essa sequencialização. Do contrário, esse sentido se dá a partir da textualidade, na qual o falante “assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso” (GUIMARÃES, 1995b, p. 67), da relação de uma palavra ou expressão com outras, no e pelo acontecimento enunciativo, que é histórico e político. Aqui, *texto* diz respeito a “uma unidade empírica com começo, meio e fim”, mas esta *unidade* é simbólica, pensada a partir da enunciação.

Isso permite considerar que a determinação de sentido entre as palavras não precisa se dar apenas por relações sintáticas como a predicação, mas pode se dar com outras palavras em qualquer parte do texto por terem seus sentidos definidos por estarem integradas ao sentido total do texto, relação esta que não é apenas sintática mas também histórica (MACHADO, 2011, p. 113).

Um dos procedimentos de constituição da textualidade é a reescrituração, pela qual um dito é redito, produzindo sentido. A produção de sentido pela/na reescrituração está justamente na retomada de uma expressão ou palavra, que possibilita que elas signifiquem de outra forma. Vale ressaltar, como destaca Guimarães (2007), que esse processo trabalha na significação de algo que não estava significado, e não simplesmente na retomada de algo por si mesmo, visto que a retomada de uma palavra ou expressão faz ela ser significada de outra forma. Além disso,

Elas não dependem somente do funcionamento sintático, mas também das relações de sentido historicamente constituídas. Desse modo, as reescrituras não ficam restritas a um nível de construção de uma sentença, que, por sua vez, estaria restrita a um outro nível de construção da sentença. As reescrituras determinam um nome por sobre os limites das orações, tratando-se, portanto, de relações de sentido que não dizem respeito a um caráter segmental do texto. Uma palavra pode ser reescritura de outra, não importa em que lugar do texto, para além dos limites do enunciado (MACHADO, 2011, p. 115)

Segundo Guimarães (2007), esses procedimentos de reescrituração podem se dar de diferentes formas: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. Em nossa análise, tal como Guimarães (2011), consideraremos a relação apositiva como um tipo de reescrituração. Observar os procedimentos de reescrituração nos permitirá compreender como *Geddel* é designado nos textos jornalísticos e quais nomeações ocorrem nesse processo, bem como quais sentidos são apagados e o que não é designado por *Geddel*, como parte do funcionamento político da linguagem.

Isto possibilita tratar, tal como Guimarães (2007b, 2013a, 2013b), da relação entre leitor-texto-autor, uma vez que nosso trabalho se posiciona a partir da leitura (interpretação) de textos que são direcionados a leitores. Diferentemente de posições teóricas e analíticas que tomam essa relação como linear, dialógica e interacional, na qual o leitor interage e também é autor do texto, ou mesmo que autor e leitor estabelecem um “contrato”, essa perspectiva de Guimarães (2013a, 2013b) considera o acontecimento de leitura como não sendo similar ou igual ao da enunciação do texto. Ou seja, não há uma correlação entre o lugar de produção (e circulação) do texto e o de leitura.

Desta forma, é preciso observar que o lugar de leitura não é diretamente ligado, não é correlato do lugar do locutor (ou falante), e que um texto não pode ser analisado, simplesmente, a partir de três tipos de relação linear: **texto-leitor**, na qual se busca decifrar o texto, uma vez que toda a compreensão está nele próprio); **leitor-texto**, que tem a ver com a compreensão do texto pelo leitor, possibilitando diferentes leituras e compreensão por

diferentes leitores; e **autor-texto-leitor**, relação pela qual o leitor busca as significações feitas pelo autor no texto, isto é, o leitor seria correlato do autor do texto, tentando encontrar e mostrar o que o autor disse (GUIMARÃES, 2013b).

A relação entre autor e leitor não é horizontal justamente porque os acontecimentos enunciativos da leitura e da enunciação do texto não ocorrem juntos ou simultaneamente, mas por meio de uma disparidade entre o lugar de leitor e o lugar de autor (GUIMARÃES, 2013b).

Ser autor e ser leitor são relações constituídas por acontecimentos diferentes relativamente ao mesmo texto, e isto por si significa a não univocidade dos sentidos para um texto, significa a abertura do texto a interpretações segundo os lugares de leitor que se constituírem para a análise (GUIMARÃES, 2013b, p. 203).

Desta forma, a análise de um texto não tem a ver com uma correlação entre autor e leitor nem mesmo com a relação entre autor-texto-leitor, mas com uma em que há uma disparidade entre o lugar de leitura e o de autoria, assim sendo:

Autor → texto

↓↓

leitor

Uma vez que o autor não diz respeito ao Locutor – aquele que se coloca como origem do dizer –, mas sim ao lugar social do locutor (l-x) e se desdobra em enunciador, o leitor não está no lugar de Alocutário (correlato de L), mas no de alocutário-y, visto que ele é tomado em outro acontecimento.

Considerando o funcionamento político do acontecimento enunciativo, os espaços de enunciação e o interdiscurso, este trabalho analisará a relação estabelecida entre Locutor (e seus desdobramentos) e linguagem, a partir da observação da cena enunciativa, descrevendo o processo político pelo qual o Locutor, por sua divisão em l-x e E, sustenta uma posição – e silencia outras – no agenciamento enunciativo.

2 OS MODOS DE ENUNCIAR NAS NOTÍCIAS

Esta pesquisa tem como material a notícia, tomada a partir do seu conceito mais comum, isto é, a estrutura de texto jornalístico em que há a apresentação de um fato, de um acontecimento que “mereça” destaque. Uma vez que esse conceito é construído sobre a oposição entre “informação x opinião”, será feito um breve percurso sobre a teoria da notícia para, em seguida, explicitar o modo como a notícia será abordada de uma posição materialista.

Traquina (2005) traça um esboço das teorias do jornalismo, a fim de compreender o processo de produção e os critérios determinantes da notícia. Dentre elas, destacamos a teoria do espelho, que toma a notícia como determinada pela realidade: o jornalista “é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, provar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (TRAQUINA, 2005, p. 147). Esta concepção tem o jornalista como alguém que observa e relata os acontecimentos sem interferência das questões e opiniões pessoais, e tem os fatos como dados em si mesmos, prontos para serem espelhados pelo jornalista.

De acordo com Traquina, a teoria do espelho é padrão no jornalismo, e isso se dá por duas situações históricas: o surgimento, em meados do século XIX, do jornalismo informativo, cuja ênfase era a divisão entre “fato” e “opinião”; e o estabelecimento do conceito de objetividade, nas décadas de 1920 e 1930, no jornalismo dos Estados Unidos.

Sobre a objetividade no jornalismo, Melo (2006) destaca que ela nasce a partir de um “compromisso ético” (MELO, 2006, p. 43), principalmente frente ao jornalismo sensacionalista, mas que aos poucos se transveste de “doutrina”, de norma/padrão para o jornalista. E essa padronização se deu de duas formas, conforme o autor: pelo surgimento dos códigos de ética que direcionavam o trabalho jornalístico, e pelo crescente número de escolas formadoras de profissionais em jornalismo, numa busca por mostrar a verdade, suplantando as mentiras. Assim, o jornalismo buscava se mostrar à sociedade como um aparato que buscava a verdade e não a mentira – que outrora permeava os jornais sensacionalistas –, sendo amparado pela “doutrina” da objetividade, sacramentada pela elaboração de manuais de redação e estilo.

A bandeira da objetividade ergue-se aí como um dever-ser: como referencial para apuração correta dos fatos, para identificação dos acontecimentos verazes. Ser objetivo significa ser fiel à realidade, evitando-se a interferência da instituição jornalística na sua configuração para “criar” notícias (MELO, 2006, p. 42).

Desta forma, o trabalho do jornalista era voltado a reproduzir (ou representar) a realidade tal como esta fora apresentada àquele – ou de forma presencial, ou pelos relatos e depoimentos de fontes ou por documentos –, como se por uma “lente de aumento” (MELO, 2006, p. 38). Era a busca por uma não marcação da personalidade do jornalista, que deveria captar os fatos e narrá-los de forma fidedigna, exata e precisa (MELO, 2006).

Contrariando essa ideia de objetividade, o autor propõe um outro tipo de objetividade, que seja “ética”, pautada na “pluralidade de observação e de relato”, que permita a captação e reprodução dos fatos “sob diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registradas pelos seus protagonistas privilegiados – os jornalistas profissionais” (MELO, 2006, p. 49). Feito isso, o leitor (o “cidadão”, conforme Melo) teria à sua disposição a “fisionomia integral” dos fatos.

Essa proposta de objetividade de Melo tem a ver com a relação **autor-texto-leitor** (sobre a qual falei em **1.5**), como se houvesse uma relação horizontal entre jornalista, notícia e leitor. Todavia, como já apontado no final de **1.5**, seguindo Guimarães (2011), considero que não há correlação entre essas três partes, pois os acontecimentos enunciativos delas são distintos, com disparidade entre o lugar da produção da notícia pelo jornalista e o lugar de leitura por um leitor. Ou seja, a posição social do leitor, atravessada pelas perspectivas ideológicas, a formação cultural e educacional, tudo isso vai direcionar o modo de leitura e interpretação da notícia; não basta apenas o jornalista “reproduzir” os fatos tal como foram “captados”, como sugere Melo.

Melo (2006) sustenta que se o jornalista for objetivo, ético e plural, o leitor terá a possibilidade de entender os fatos tal como ocorreram, uma vez que fará apreensão e confronto a partir das diferentes versões. Posição parecida a essa é a de Bahia:

Na explicação da notícia a isenção é indispensável. O público se inclina sempre por um noticiário honesto, o mais objetivo e o mais imparcial que possa ter, preferindo ter elementos para julgar do que ser submetido a um julgamento alheio (BAHIA, 1990, p 39).

Em Bahia (1990), a objetividade prevalece como causa para o interesse do leitor, pois este – tendo elementos disponíveis – prefere julgar um fato por si só do que ter um julgamento que não seja seu, a opinião do jornalista. Em Melo e Bahia, há uma atribuição de responsabilidade ao jornalista, visto que esse detém formas e técnicas que podem lhe dar certa “onipotência”. “Onipotência” também tomada pelo leitor que, a partir de uma notícia isenta e

com os fatos claros e expostos como ocorridos, consegue discerni-la e se posiciona quanto aos fatos, graças aos diferentes ângulos abordados e à imparcialidade.

De uma posição marxista, Marcondes Filho (1989) considera que não há imparcialidade no jornalismo: há sempre uma escolha, uma inscrição ideológica que definirá o destaque e a publicação ou não de uma matéria; há sempre uma seleção a partir das posições ideológicas do jornalista, que pode tanto favorecer quanto desfavorecer, publicar ou excluir.

Por sua vez, Mauro Wolf (2006) afirma que a notícia é o que é devido ao seu valor-notícia, ou seja, aos critérios de noticiabilidade. O autor italiano afirma que o valor-notícia pode estar presente tanto no processo de seleção dos fatos e acontecimentos, quanto na elaboração da notícia: o jornalista escolhe um e não outro fato e, ao elaborar a notícia, escolhe o que vai ser enfatizado, omitido, priorizado ou “esquecido”.

Ao tomar como base uma posição materialista, rejeito a ideia da linguagem como instrumento de comunicação (BLIKSTEIN, 2006), com o esquema de uma relação cartesiana e transparente entre um emissor, que envia uma mensagem (organizada por um código) por meio de um canal a um receptor, que faz a apreensão da mensagem a partir do referente (ou contexto). Também recuso propostas que traçam a relação de linguagem como dialógica e interacional, em que tanto um lado quanto o outro participam da ação linguística de forma igualitária, em que o leitor ou alocutário interage com o texto, sendo também autor deste; ou mesmo uma perspectiva que trata a linguagem como uma “aventura” que depende de um “contrato” de comunicação: o indivíduo “real” faz uma aposta, correndo o risco de ser ou não entendido pelo outrem, pois ao enunciar, cria uma categoria que possa produzir efeitos num sujeito idealizado (leitor, ouvinte) para que este transmita para o “real” interpretante (CHARAUDEAU, 2010).

Da posição de semanticista, rejeito também a visão pragmática que coloca o jornalista como um sujeito que age intencionalmente, seguindo à risca um padrão de fazer notícia, pois entendo que aquele age enquanto agenciado pelo acontecimento, pelo funcionamento político da língua e pelo memorável, sendo atravessado por dizeres e discursos que lhe antecedem e que possibilitam “escolher” uma forma e não outra, dizer de um jeito e não de outro, dar valor a um fato e não a outro.

Como todo sujeito, o jornalista, ao formular o seu dizer, o faz a partir de uma posição ideológica, inscrevendo no já-dito, de modo que ele produza os efeitos de sentidos para os leitores, telespectadores, ouvintes e internautas, mas sempre em relação a outros dizeres (DELA-SILVA, 2013, p.02).

Isso me leva a pensar e tratar a notícia como um tipo de materialização do discurso jornalístico. Segundo Mariani (1996), o discurso jornalístico pode ser entendido como do tipo “discurso sobre”: ao falar de algo, torna este em objeto, produzindo um efeito de distanciamento.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória; discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor” (MARIANI, 1998, p. 64, grifos da autora).

Ao se “afastar” do objeto, o jornalista faz a projeção de uma observação imparcial, neutra e que apaga a subjetividade, legitimando-se, “podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p. 64). A partir da posição teórica à qual me filio, vale ressaltar que isso deve ser entendido como os efeitos de sentido, ou seja, como a forma como o discurso jornalístico se apresenta, mas não como ele funciona, de fato.

Assim, o jornalista se projeta como um narrador onisciente e referencialista, que apresenta os fatos tais como lhe foram apresentados. Junto a isso, também concede ao leitor, por si e somente por si, o “poder” de interpretação, a partir de seu conhecimento de mundo. Ou seja, o discurso jornalístico se apresenta como esse lugar do “não-eu”, do apagamento da subjetividade, da prevalência da objetividade, do informacional que extingue marcas e valores opinativos – como se a subjetividade se restringisse a opiniões explícitas.

Como marcas desse apagamento, destacam-se as aspas (do discurso direto), o discurso indireto e os verbos *dicendi*. No jornalismo, os verbos *dicendi*, ou verbos de dizer, são figuras estilísticas usadas para marcar as falas das “fontes” dos dizeres, caracterizando os discursos direto e indireto, marcando, por catáfora ou anáfora, essas falas. Como exemplo: “dizer”, “afirmar”, “avaliar”, “comentar”. Nesta pesquisa, considero esses verbos para além de marcadores das falas: são elementos da argumentatividade da notícia, que marcam não apenas as fontes, mas que evidenciam o funcionamento político do discurso jornalístico, que podem tanto sustentar o dizer quanto refutá-lo, a depender do acontecimento e cena enunciativas.

Observa-se, nas notícias, as aspas de um discurso direto (por exemplo: **Geddel é “criminoso em série”**) não como uma forma de reproduzir ou transcrever um dizer, mas como formas do deslocamento de outro acontecimento enunciativo – palavras que foram deslocadas

de uma outra cena e acontecimento enunciativos, e adequadas a um novo dizer, a um novo acontecimento. Todavia, esse deslocamento não pode ser considerado como uma isenção, como distanciamento da subjetividade, pois todo esse processo de constituição de um novo acontecimento é político: marcar a diferenciação dos dizeres é possibilitar a observação do litígio, dos lugares que se confrontam, dos dizeres que se contradizem – e de forma desigual.

Por sua vez, o discurso indireto é um gesto de interpretação do discurso de um outro: fazer a paráfrase de um dizer já é um outro dizer, já implica em outros sentidos, principalmente se o lugar social de fala não for o mesmo do parafraseado. Com relação à terceira marca, os verbos e expressões *dicendi* (“De acordo”, “Segundo”, “disse”, “afirmou”, “declarou”, etc.), usados para marcar a fala de um outro no dizer de quem enuncia, são uma prática política: marcar um enunciado como de um outro locutor é também interpretá-lo, mas essa interpretação é delimitada, na notícia, apenas ao verbo declarativo.

Para finalizar essa questão sobre a notícia, tomo as considerações de Rancière (1994) sobre a classificação de Platão das formas poéticas, a partir do cruzamento de duas oposições: a do relato (*diegisis*) e a da imitação (*mimesis*): quanto mais o poeta se mantivesse distante com os personagens, menos enganosa seria a poesia – o que acontecia no relato; enquanto que a mais enganosa era aquela na qual não havia distinção entre poeta e poesia, entre o poeta e o dito na poesia – a *mimesis*, ilusão esta que fazia (faz) com que se pense que as palavras do poeta (ou escritor) seja verdadeiras e reais, e não uma invenção. Se pelo relato o jornalista busca se distanciar dos envolvidos na notícia, sem comentários, críticas e julgamentos (explícitos) – como quando usa o discurso direto e os verbos *discendi* (dizer, afirmar, etc.) –, pela imitação (no discurso indireto) ele fala como se os envolvidos estivessem falando.

De uma posição materialista, não considero a linguagem como transparente, e tomo seu funcionamento como político. Assim, nestas análises serão trabalhadas as tensões e conflitos na cena enunciativa das notícias analisadas. Desconhecendo que está sendo agenciado como jornalista no e pelo acontecimento enunciativo e que o interdiscurso possibilita os sentidos no texto, o locutor-jornalista “produz a ilusão de um presente sem memória” (GUIMARÃES 1995b, p. 67), como se seu dizer surgisse no momento em que é materializado na escrita, como se tudo que estivesse disperso pudesse ser reunido num só momento, num só dizer.

Como observado, o discurso jornalístico nas notícias se apresenta como esse lugar do “não-eu”, do apagamento da subjetividade, da prevalência da objetividade, do informacional

que extingue marcas e valores opinativos. Se a notícia é diferente de um editorial e um artigo de opinião, já que esses textos pressupõem a marca da subjetividade – e se busca apagar as marcas do “eu” jornalístico –, como fazer a análise e apontar que o jornalista apresenta, sim, marcas de subjetividade no próprio texto? Ora, essa resposta pode ser dada a partir da observação e reconhecimento, no texto e nas suas relações integrativas, de que, ao desmanchar seus “rastros”, o jornalista desconhece que essa remoção do “eu” sustenta uma posição na enunciação a partir de um lugar social que ele ocupa (locutor-jornalista); posição esta política – no sentido que demos aqui ao longo de nosso trabalho.

3 QUEM É *GEDDEL* NAS NOTÍCIAS?

Nesta pesquisa, optei por partir do nome próprio *Geddel*, e não do nome completo (Geddel Quadros Vieira Lima), pelo fato de *Geddel* ser apresentado nas notícias como tendo um sentido evidente, como se houvesse um conhecimento sobre quem fosse *Geddel*, e porque esse nome é frequente nas notícias sobre o caso.

Para iniciar as análises, é preciso ressaltar a disparidade entre o sujeito e seus nomes. Isso me leva a considerar que a nomeação do sujeito como Geddel Vieira Lima Quadros, feita a partir do registro em cartório pelo locutor-pai ou locutor-mãe – e que não será discutida aqui –, acaba por ser apagada pelo posicionamento referencial, isto é, que coloca o nome próprio como que ligado somente a uma única pessoa, por um efeito de unicidade, como se o nome da pessoa fosse inerente a essa pessoa. É justamente esse processo de apagamento, resultante das enunciações que nomeiam o sujeito de diferentes formas para além da registrada em cartório, que desfaz a relação referencial e de unicidade entre nome-pessoa.

A busca para analisar a designação do nome próprio *Geddel* se dará a partir da observação de recortes de notícias dos acervos digitais de três jornais (**O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo** e **O Globo**), do período de julho a novembro de 2017 – jornais escolhidos devido ao grande alcance de leitores, seja pelo meio impresso, seja pelo digital. Aqui, “recorte” não deve ser tomado como uma sequência, mas como formas linguísticas que se relacionam com o acontecimento enunciativo. Ou seja, recorte é “um fragmento do acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p.44). Assim, a escolha dos recortes não foi feita a partir de uma linearidade de fatos sobre *Geddel*, como uma notícia completa ou mesmo como trechos que seguem uma cronologia. A seleção dos recortes se deu a partir da observação da palavra *Geddel* concomitantemente a outras palavras que a determinam por reescrituração e por suas relações apositivas.

O jornal **O Estado de São Paulo** (doravante **Estadão**) foi fundado em 1875 por José Maria Lisboa, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, como **A Província de São Paulo**, e define como um de seus princípios de missão editorial a “permanente busca da verdade”⁹. A **Folha de São Paulo** teve seus trabalhos iniciados em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, como **Folha da Noite**, e em 1960 adotou o atual nome. O jornal estabelece como

⁹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em 13 fev. 2017.

princípios editoriais o “pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”¹⁰. **O Globo**, fundado em 1925 por Irineu Marinho, faz parte do Grupo Globo Comunicação e Participações S.A e define a isenção, a correção e a agilidade como “três atributos de qualidade”¹¹ para a informação jornalística, conforme aponta documento do jornal.

Aqui é possível observar como esses lemas ou princípios se relacionam com a objetividade e pluralidade propostas por Bahia (1990) e Melo (2006). De um olhar semântico, essa alegação de busca pela “verdade” e/ou “objetividade” nos três jornais é considerada um gesto político que produz (ou busca produzir) um efeito de transparência entre a notícia e os fatos nela referidos. Esse conflito de sentidos instala uma contradição: uma notícia é feita a partir de uma série de opções e delimitações, sendo que estas já são marcas de uma tomada de posição frente a um fato – ao falar de algo, fala-se desta forma e não de outra, produzindo alguns sentidos e silenciando outros.

As análises foram feitas a partir de notícias que tratam sobre a prisão preventiva, no dia 03 de julho de 2017, de Geddel Vieira de Lima, após este ser acusado de tentativa de obstrução na investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal sobre sua gestão na vice-presidência da Caixa Econômica Federal. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), *Geddel* foi ministro tanto no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Ministério da Integração Nacional), quanto no do atual presidente, Michel Temer (Secretaria de Governo), além de ter exercido a função de vice-presidente da Caixa na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

Nesta pesquisa, considerarei o locutor-jornalista como o lugar de tomada da palavra daquele que escreve uma notícia, seja ele repórter, redator ou editor. Também proporei pensar a categorização de um outro enunciador: o enunciador institucional, esse lugar de dizer que não é uma voz coletiva e uma perspectiva de todos dessa coletividade, mas sim uma perspectiva da instituição e de seu funcionamento político: por mais que haja diferenças nas perspectivas daqueles que fazem parte da instituição, a “palavra final” é sustentada pela instituição.

¹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2017.

¹¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

3.1 Geddel, o amigo de Temer?

Início pela notícia veiculada na **Folha de São Paulo (FSP)**, no dia posterior à prisão de *Geddel*, que aparece no centro da capa do jornal (FIG. 1). A notícia está presente na manchete de capa e na seção (ou editoria) “Poder”. Segundo a Folha de São Paulo¹², essa seção, primeira na sequência do jornal impresso e digital, “se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais”. Além de “Poder”, há outras seções como “Mundo” (“notícias internacionais, sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático”), “Cotidiano” (“informações úteis ao [...] dia a dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor”) e “Ilustrada” (“cobertura do que há de mais original e relevante nas áreas de cultura e entretenimento”).

Figura 1 - Capa Folha de São Paulo, 04 de julho de 2017.



¹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm>. Acesso em: 13. fev. 2017.

Fonte: Folha de Saulo, 2017.

De uma perspectiva semântica, observo que essa divisão por seções, para além de mostrar as diferentes categorias de notícias do jornal, marca o funcionamento político do lugar institucional jornalístico: os modos de dizer não são os mesmos e são distribuídos de forma desigual. Ao atribuir uma notícia à seção “Poder”, o jornal faz essa notícia significar de uma forma que não significaria se ela estivesse na seção “Cotidiano”, por exemplo. Essa categorização pode ser entendida como a perspectiva do jornal frente aos assuntos, que se estabelece a partir do memorável do que trata a editoria, possibilitando a projeção de alguns sentidos e o apagamento de outros num determinado assunto: a prisão de *Geddel* não é um assunto de segurança, como seria a prisão de uma pessoa que cometeu um homicídio, mas é uma questão política.

Texto 1

R1 *PF prende **ex-ministro Geddel**, **amigo de Temer***

Ele é acusado de tentar obstruir investigação que apura sua gestão na Caixa

R2 *A Polícia Federal prendeu preventivamente na Bahia **Geddel Vieira Lima** (PMDB), **ex-ministro** da Secretaria de Governo de Michel Temer. Ele é acusado de tentar atrapalhar investigações. O mandado de prisão foi assinado pelo juiz federal Vallisney Oliveira, do Distrito Federal.*

R3 O advogado do **ex-ministro**, Gamil Fopel, chamou a prisão de “absolutamente desnecessária”, já que o peemedebista havia se colocado à disposição das autoridades [...]. (FSP, 2017).

No texto 1 – presente na figura 1 e do qual selecionei os recortes 1, 2 e 3 –, há três relações apositivas, cujo apostos estão destacados em negrito: em R1, nos enunciados “**ex-ministro Geddel**” e “**Geddel, amigo de Temer**”; e em R2, no enunciado “**Geddel Vieira de Lima (PMDB), ex-ministro da Secretaria de Governo de Michel Temer**”. Se no primeiro enunciado, *Geddel* substitui *ex-ministro*, particularizando-o, e *Geddel* é reescriturado por uma expansão que o especifica (*amigo de Temer*) e em R2 *Geddel* também é reescriturado por expansão.

Observando R1, pode-se fazer os seguintes processos parafrásticos:

Geddel está preso

Geddel é alvo de acusação criminal

Geddel é amigo de Temer

Essas paráfrases possibilitam atentar para a pressuposição de quem seja *Geddel* e de sua relação com o presidente Michel Temer, como se essa relação fosse de conhecimento geral, apontando um memorável de relacionamento entre os dois políticos. Este memorável de amizade entre *Geddel* e *Temer* produz certa diretividade argumentativa que se distancia, que apaga outros memoráveis possíveis – como o fato de *Geddel* ter sido ministro durante o governo do ex-presidente Lula e de que o crime pelo qual estava sendo investigado ocorreu no período em que ele esteve na gestão da Caixa Econômica Federal (2011 a 2013), durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Isso possibilita uma orientação argumentativa que liga, negativamente, *Temer* a *Geddel* – visto que o primeiro já havia sido denunciado por crime de corrupção passiva e que sua base governista estava sendo questionada e investigada.

A denúncia ao presidente Michel Temer ocorreu em 26 de junho de 2017 pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, após delação de Joesley Batista, cujo grupo empresarial (J&F) foi alvo de investigações de pagamento de propina pela empresa JBS (do grupo J&F) ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do partido do governo (PMDB). A denúncia tornou Michel Temer o primeiro presidente em exercício acusado formalmente de um crime – enquanto Fernando Collor de Mello fora acusado pela Procuradoria Geral da República, mas afastado da função de presidente, devido ao processo de impeachment, Dilma Rousseff não foi denunciada pela Procuradoria Geral da União (PGR), mas por pessoas que não eram da PGR, pelo crime de responsabilidade fiscal.

Isso permite considerar, em T1, o Locutor dividido em um lugar social de jornalista (locutor-jornalista) e em um lugar de dizer que se desdobra em enunciador institucional e enunciador genérico. Para tratar sobre essa divisão do Locutor, observe-se, em R1, o enunciado “PF prende ex-ministro Geddel, amigo de Temer”, considerando as seguintes paráfrases:

(R1a) PF prende Geddel

(R1b) Geddel é ex-ministro

(R1c) Geddel, como todo mundo sabe, é amigo de Temer.

Nesses enunciados, pode-se considerar que (R1a) e (R1b) se apresentam da perspectiva de um enunciador institucional, que anuncia a notícia como sendo a voz do próprio jornal, por um efeito de objetividade. Por sua vez, (R1c) se apresenta como algo de conhecimento de todos, como se a relação de amizade entre o preso (*Geddel*) e o acusado e denunciado por corrupção passiva (*Temer*) fosse conhecida de forma geral. Esse jogo entre anunciar um fato “objetivo” (a prisão de *Geddel*) e qualificar esse sujeito a partir de um aspecto pessoal, subjetivo (a amizade), é uma marca do funcionamento político da linguagem e

característico do espaço de enunciação no qual o jornalismo está inserido: os modos de dizer não são os mesmos, um dizer não é feito sempre da mesma maneira; há sempre um incessante conflito no acesso aos espaços de dizer; há sempre uma tensão entre o que pode ser dito e o que não pode; há sempre um litígio entre o que seria de interesse público e o que seria de interesse do jornal. Ainda em R1 (e em R2), *Geddel* é predicado como “acusado de tentar obstruir investigação [...]”. Ou seja, *Geddel* é caracterizado como alguém incriminado, como alguém que praticou um crime e que está sendo denunciado por isso.

Em R2, a relação entre *Geddel* e *Temer* é reforçada ao articular o primeiro ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mesmo partido político do atual presidente da república, além de reforçar que aquele fora ministro do governo de Michel Temer. No último recorte, *Geddel* é reescriturado por “ex-ministro” e “peemedebista”, o que possibilita estabelecer relação entre *Temer* e *Geddel*. Isso também vai ser observado no chapéu¹³ da notícia (“Governo encurralado”), no texto 2 (FIG. 2).

Figura 2 - Notícia sobre prisão de Geddel na seção “Poder”.

Fonte: Folha de São Paulo, 2017.

¹³ O chapéu, escolha feita pelo editor, é uma palavra ou expressão que, no jornalismo impresso, vem logo acima do título, anunciando ou caracterizando o assunto que será tratado.

Aqui, a notícia é uma reescrituração por expansão do chapéu, isto é, tudo que será detalhado a partir do título diz respeito ao assunto “Governo encurralado”. Assim, o texto, divergindo do título da notícia, direciona o gesto de interpretação mais focado na relação do acusado, que fora preso, com o presidente da república, do que na prisão e no motivo dela. Essa atribuição da notícia à editoria “Poder” e não à “Cotidiano”, pelo locutor-jornalista, tanto apresenta o memorável de que a notícia está ligada a alguma questão política do governo (“Governo encurralado”), quanto projeta sentidos de destaque para a relação entre *Geddel* e *Temer*, além de delimitar que a notícia não faz parte de um fato sobre violência ou de administração pública. Partindo disso, pode-se considerar que a seção “Poder” é uma indicação para a interpretação da notícia que ali é tratada – é uma questão ligada às ações do governo federal; e o foco é a ligação entre o acusado e o presidente, mesmo que a acusação não aponte para essa relação, uma vez que a investigação é relacionada à gestão de *Geddel* antes de seu cargo como ministro no governo de Michel Temer.

Texto 2

(R1) Governo Encurralado

(R2a) PF prende **Geddel**, acusado de atrapalhar investigações

(R2b) Ex-ministro de Temer é alvo de apurações por sua gestão na Caixa Federal

(R3) O ex-ministro **Geddel Vieira Lima** (PMDB) foi preso nesta segunda (3) pela Polícia Federal, na Bahia. A prisão é preventiva — sem prazo determinado de duração — e foi determinada a pedido do Ministério Público e da Polícia Federal, para quem o ex-ministro de Michel Temer tentou atrapalhar as investigações.

(R4) **Geddel** deixou o governo Temer, de quem é amigo de longa data, sob acusação de pressionar o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero (Cultura) para viabilizar um empreendimento na Bahia, conforme revelou a Folha.

No texto 2, presente da notícia da figura 2, além da presença do chapéu, o título apresenta outra diferença quanto ao aposto do primeiro texto: se em T1 a relação apositiva especifica *Geddel* como “amigo de Temer, em T2 essa relação especifica *Geddel* como “acusado de atrapalhar investigações”, ou seja, esclarece o motivo da prisão de *Geddel*. Em (R2a), o aposto reescritura *Geddel* não como “amigo de Temer” ou “ex-ministro”, mas como alguém sendo acusado. Todavia, em (R2b), a ligação entre *Geddel* (o político acusado) e *Temer* (o presidente denunciado) é evidenciada pelo aparecimento de “ex-ministro de Temer” e por ser antecedida pelo chapéu “Governo encurralado”.

No recorte 3, *ex-ministro* é reescriturado pelo aposto explicativo *Geddel Vieira de Lima*, sendo que aquele determina o sentido deste e vice-versa, substituindo o cargo pelo nome

completo. Além disso, há a articulação por dependência de *Geddel Vieira de Lima* e *PMDB*. Ou seja, ao organizar esses dois nomes como um só elemento, o Locutor estabelece uma relação de contiguidade entre os enunciados, relacionando, mais uma vez, *Geddel* e *Temer*: *Geddel* é do PMDB, partido do presidente Michel Temer. Relação esta reforçada pela substituição de “ex-ministro **Geddel Vieira Lima**” por “ex-ministro **de Michel Temer**”.

Como demonstrado na análise, as relações de reescrituração funcionam muito mais que a repetição, ou a redução de um nome próprio (*Geddel*) a uma referência (ex-ministro). Nessas cenas enunciativas, *Geddel* é designado pelo memorável de sua ligação com o presidente Michel Temer, seja porque é filiado ao PMDB, partido do Governo, ou por sua relação de amizade com *Temer*, sustentando uma posição que direciona essa relação como principal fato, já anunciado no título da manchete de capa e no chapéu da notícia numa editoria que trata de assuntos políticos.

Essas primeiras análises também mostram as tentativas do apagamento do político nas notícias, isto é, de fazer como se os modos de dizer fossem distribuídos de formas iguais, como se os posicionamentos nas notícias fossem imparciais e neutros. Todavia, há uma disparidade entre os posicionamentos sobre um mesmo assunto: enquanto o título da notícia na seção “Poder” foca no motivo da prisão de Geddel (“PF prende Geddel, **acusado de atrapalhar investigações**”), o título da manchete de capa enfatiza a relação de amizade entre *Geddel* e *Temer* (“PF prende ex-ministro Geddel, **amigo de Temer**”); além disso, *Geddel* é designado como um político (“peemedebista”), um antigo cargo (“ex-ministro”), uma relação (“amigo de Temer”), uma investigação (“acusado”).

Na notícia sobre a prisão de *Geddel*, divulgada pelo **Estadão** (FIG. 3) no mesmo dia daquela pela **Folha**, há uma disparidade, no título da manchete de capa, quanto ao texto 1: não apresenta aposto e não há um reforço quanto à relação de amizade entre *Geddel* e *Temer*. Saliento que a notícia de capa é um trabalho posterior à notícia veiculada na seção, e feita a partir da edição desta, ou seja, é um outro acontecimento enunciativo e se dá em uma outra cena enunciativa.

Figura 3 - Capa de **O Estado de São Paulo**, 04 de julho de 2017

Fonte: O Estado de São Paulo, 2017.

Para analisar essa diferença e apontar outras questões, apresento os recortes do texto 3, presente na notícia de capa (FIG. 3):

Texto 3

(R1a) PF prende **Geddel** e Planalto teme cerco a Padilha e Moreira

(R1b) O ex-ministro, que já foi um dos mais influentes da gestão Temer, é suspeito de atrapalhar investigações

(R2) Ex-integrante do núcleo duro da gestão do presidente Michel Temer, o ex-ministro da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima foi preso pela Polícia Federal em Salvador. **Geddel** foi detido sob suspeita de tentar atrapalhar as investigações da Operação Cui Bonno (a quem interessa) [...].

(R3) Dois dias após a soltura do ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, a prisão de mais um político próximo a Temer devolveu ao Planalto o clima de apreensão e o temor de que os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) se tornem os próximos alvos.

Observe, como já adiantado, que não há a presença de aposto no título nem no subtítulo. No entanto, há uma oração subordinada adjetiva explicativa em (R1b) que, por semelhança ao aposto, acrescenta uma qualidade ao nome que lhe antecede: “O ex-ministro, **que já foi um dos mais influentes da gestão Temer**, é suspeito de atrapalhar investigações”. Aqui, duas observações são necessárias: há um não-dito que significa nesse acontecimento - o

“ex-ministro” não é mais um dos mais influentes da gestão *Temer*, o que direciona para se pensar sobre uma não ligação entre *Geddel* e *Temer*; e a predicação de *Geddel* como “suspeito”, e não como “acusado”, o que possibilita outros efeitos de sentidos. Em ambos os casos, pode-se observar o funcionamento do político, uma vez que o mesmo fato (a prisão de *Geddel*) é trabalhado de forma desigual por estes dois jornais (**Folha e Estadão**).

Se em R1 as relações apositivas estão ausentes, em R2 elas marcam o recorte: o nome completo (*Geddel Vieira Lima*) é o aposto de “o ex-ministro da Secretaria de Governo”, também reescriturado pelo aposto “ex-integrante do núcleo duro da gestão do presidente Michel Temer”. Ou seja, nesse acontecimento enunciativo, o prefixo “ex” possibilita o gesto de interpretação de que *Geddel* não mais faz parte do governo de Michel Temer - fato que também é reforçado em (R1b), em que *Geddel* é determinado como alguém não mais influente na gestão de *Temer*.

Esse memorável de quem seja *Geddel* - alguém que já fez parte do grupo de confiança do presidente que está sendo denunciado, possibilita pensar os seguintes processos parafrásticos:

- (a) *Geddel* foi preso
- (b) *Geddel* é o ex-ministro suspeito de atrapalhar investigações
- (c) *Geddel*, como se sabe, já foi um dos mais influentes na gestão *Temer*
- (d) *Geddel*, todos sabemos, não é mais integrante do núcleo duro da gestão do presidente Michel Temer

Nessa cena enunciativa de T3, o locutor-jornalista se divide em três enunciadores: o enunciador institucional (a, b), que apaga o lugar social do jornalista; o enunciador genérico (d), que traz o sentido do memorável da ligação de *Geddel* com o governo do presidente Michel Temer; e enunciador universal (c), colocado como esse lugar de dizer histórico que destaca o passado de *Geddel*. Nesta cena, *Geddel* não é qualificado por sua amizade com o presidente Michel Temer, pelo contrário, essa amizade é silenciada no acontecimento enunciativo; além disso, o texto aponta que a prisão de *Geddel* é uma possibilidade de constante abordagem contra o Governo, bem como reforça a ideia de que *Geddel* não faz mais parte do governo de Michel Temer.

Apresentada essa cena, prossigo para a notícia situada na seção “Política” (Fig. 4).

Figura 4 - Notícia da seção “Política”.

Política

Transportes
Sérgio Cabral recebeu
R\$ 123 mi de propina,
afirma MPF. Pág. A9

COLUNA DO ESTADO

Planalto já aguardava pela prisão de Geddel

Alados do presidente Michel Temer admitem que ele já esperava a prisão de Geddel Vieira Lima a qualquer instante. Essa certeza veio com a prisão no dia 6 de junho do ex-ministro do Turismo Henrique Alves. Assim como Alves, Geddel não vem mantendo ou posto no governo federal para lhe garantir prerrogativa de foro e estava vulnerável. Para esses aliados, Temer reconhece que a prisão piora o clima político no momento em que a Câmara vai analisar se autoriza ou não abertura de processo contra ele no Supremo Tribunal Federal.

» **Mais outros.** Geddel deixou a Secretaria de Governo em 2016, mas deixou lá seu chefe de gabinete, Carlos Henrique Sobral, foi mantido na vaga pelo ministro Antonio Imbassahy e, até ontem, era interlocutor frequente do ex-chefe.

» **Boca de Jacaré.** O ex-ministro também costumava trocar WhatsApp com Nara de Deus, secretária pessoal de Temer. A PF apreendeu os celulares de Geddel ontem por determinação da Justiça Federal de Brasília.

» **Quarta prisão.** O governador de Minas, Fernando Pimentel, tentou se aproximar do presidente do CBJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), no final de semana. Pacheco confirmou hoje sua

» **Estreia.** Esperado por dezenas de cidadãos no lançamento do Podemos, ex-PTN, o senador Romário desistiu de embarcar de Rio para Brasília depois de esquecer o documento de identificação pessoal.

» **sem berrão.** Romário usou a famosa “você sabe com quem está falando?”. Só conseguiu autorização para decolar sem identificação após uma hora e, já irritado, não viajou.

» **O rito.** Rodrigo Maia vai questionar o STF sobre se a denúncia contra Temer, após passar na CBJ da Câmara, trancará a pauta do plenário como uma MP até que seja apreciada.

PRESIDENTE ACUSADO

Geddel é preso acusado de tentar barrar delações

Ex-ministro de Temer é detido preventivamente sob a suspeita de agir contra eventuais acordos de Funaro e Cunha e atrapalhar investigações sobre propina na Caixa Econômica

Planalto. Geddel Vieira Lima em outubro do ano passado, quando ainda ocupava o cargo de ministro da Secretaria de Governo

Fonte: O Estado de São Paulo, 2017.

Considera-se essa notícia como texto 4, com a seleção dos recortes 1, 2, 3 e 4, além dos recortes 5 (do quadro “Para lembrar”) e 6 (“Perfil”) na mesma página (FIG. 5 e 6).

Figura 5 - Coluna "Para lembrar".

Fabio Serapião | BRASÍLIA
Julia Affonso
Lutz Vassallo

PARA LEMBRAR

Obra de prédio custou o cargo

Geddel Vieira Lima entregou o cargo de ministro da Secretaria de Governo em novembro do ano passado. O peemedebista se demitiu após o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusá-lo de fazer pressão para que o Iphan – um órgão submetido à sua pasta – liberasse um empreendimento em Salvador.

Na época, Geddel admitiu que possuía um apartamento no edifício. Ele disse que conversou com Calero, mas negou qualquer irregularidade. Após o episódio vir à tona, Calero deixou o governo, abrindo mais uma crise no Planalto. Pressionado, Geddel entregou o cargo uma semana depois da saída de Calero. Na carta que enviou a Temer, Geddel disse que fez “profunda reflexão” sobre o caso e pediu “desculpas”.

Distrito Federal afirma que Geddel tem agido para atrapalhar as investigações que apuram irregularidades na concessão de financiamentos da Caixa Econômica Federal. Segundo os investigadores, o ex-ministro estaria atuando para assegurar que Cunha e Funaro recebessem vantagens indevidas. A apuração tem como foco possíveis irregularidades praticadas por Geddel enquanto

tor afirma que Geddel procurou sua mulher para saber se ele iria delatar. Funaro entregou à PF as cópias das ligações de Geddel por meio do aplicativo WhatsApp e declarou que “estraniu” o fato do ex-ministro procurar sua família para tentar “monitorar seu estado de ânimo”. “É gravíssimo o recente fato.”

O magistrado destaca também o episódio que levou à saída de Geddel do governo – o embate entre o peemedebista e o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero. Ele lembra a “pressão” de Geddel sobre o ex-ministro para conseguir a liberação das obras de um prédio de luxo em área histórica tombada em Salvador. Segundo o magistrado, Geddel “tenta persuadir pessoas”.

‘Incompreensão’. O advogado Gamil Föppel, que defende Geddel, manifestou “incompreensão em relação ao absolutamente desnecessário decreto de prisão preventiva”. Segundo ele, “diante ausência de relevantes informações para sua decisão”, o juiz “laborou em erro”.

O advogado destacou que

Fonte: O Estado de São Paulo, 2017.

Figura 6 - Coluna "Perfil"

ex-ministro Henrique Eduardo Alves, o ex-assessor Tadeu Filippi e Funaro, apontado como operador financeiro do PMDB da Câmara. Cunha, Funaro e Alves permanecem presos.

No pedido enviado à Justiça, a Procuradoria da República no

jurídico da JBS, Francisco de Assis e Silva – todos prestados recentemente.

À PF, o corretor afirmou que por causa da sua atuação na liberação de empréstimos às empresas J&F, Marfrig e Bertin, Geddel teria recebido cerca de R\$

NA WEB
Íntegra. Veja a decisão que levou Geddel à prisão

estadao.com.br/e/prisaodegeddel

cal, assim como do seu passaporte". A decisão, disse Föppel, revela "uma preocupação política muito mais voltada à repercussões da investigação para grande imprensa do que efetivamente a apuração de todos os fatos".

PERFIL

Geddel Vieira Lima, ex-ministro da Secretaria de Governo

Ex-ministro é alvo de denúncias desde os 25 anos

Vadmar Hupsel Filho

Denúncias de irregularidades rondam a vida pública do ex-ministro Geddel Vieira Lima desde seu primeiro emprego,

aos 25 anos, quando foi acusado de desviar milhões do Banab (Banco do Estado da Bahia) e beneficiar sua família.

Dez anos depois, em 1994, já deputado federal, foi implicado no escândalo dos "anões do Orçamento" depois de seu nome aparecer em um papel encontrado na casa de um diretor da Odebrecht ao lado da mensagem "4%". Foi inocentado.

O ex-ministro também já foi associado a acusações de enriquecimento ilícito e de direcionamento para aliados de verbas do Ministério da Integração Nacional, mas foi a citação a seu nome na operação Cui Bono?, da Polícia Federal, que resultou na primeira consequência jurídica prática.

Geddel, que sempre negou todas as acusações, se entrincheirou em seu apartamento em Salvador desde novembro passado, quando entregou a carta de demissão ao presidente Michel Temer após ser acusado de tráfico de influência

para aprovar a construção irregular de um edifício na capital baiana. A interlocutores, dizia que estava "refazendo a vida".

Só reapareceu em Brasília em março, quando boatos davam conta de que ele poderia fazer delação premiada. Na ocasião, juntou com Temer no Palácio do Jaburu. Sempre que era questionado sobre essa hipótese, reagia com palavras. E sobre a possibilidade de ser preso, algo que já se falava há duas semanas, dizia estar "tranquilo".

Fonte: O Estado de São Paulo, 2017.

Texto 4

(R1) Presidente Acusado

(R2) **Geddel é preso acusado** de tentar barrar delações

(R3) A Polícia Federal prendeu na tarde de ontem o ex-ministro da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima. Ex-integrante do núcleo duro da gestão do presidente Michel Temer, Geddel foi detido preventivamente sob a suspeita de tentar atrapalhar as investigações da Operação Cui Bono? (a quem interessa?) e evitar que o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o corretor Lúcio Funaro firmem acordo de colaboração com o Ministério Público Federal.

(R4) Dois dias após a soltura do ex-deputado e ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (PMDBPR), a prisão de mais um político próximo a Temer e com acesso direto ao gabinete presidencial devolveu ao Planalto o clima de apreensão e o temor de que os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) se tornem os próximos alvos.

(R5) *Geddel Vieira Lima* entregou o cargo de ministro da Secretaria de Governo em novembro do ano passado (2016). O **peemedebista** se demitiu após o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusá-lo de fazer pressão para que o Iphan - um órgão submetido à sua pasta - liberasse um empreendimento em Salvador. [...] Após o episódio vir à tona, Calero deixou o governo, abrindo mais uma crise no Planalto. Pressionado, **Geddel** entregou o cargo uma semana depois da saída de Calero. Na

carta que enviou a Temer, **Geddel** disse que fez “profunda reflexão” sobre o caso e pediu “desculpas”.

(R6) Ex-ministro é alvo de denúncias desde os 25 anos
Denúncias de irregularidades rondam a vida pública do ex-ministro **Geddel Vieira Lima** desde seu primeiro emprego, aos 25 anos, quando foi acusado de desviar milhões do Baneb (Banco do Estado da Bahia) e beneficiar sua família [...].

Nesse texto, tal como em T3, *Geddel* não apresenta relação apositiva no título, como se esse nome fosse conhecido de forma geral, como se esse nome significasse sem a necessidade de ser explicado pela relação de aposição - como feito nas notícias da Folha (T1 e T2).

Em (R1), o chapéu projeta o sentido de que a notícia não diz respeito somente à prisão de *Geddel*, mas também às acusações ao presidente Michel Temer. Cabe ressaltar a diferenciação feita nos dois jornais quanto ao chapéu: enquanto o da **Folha** (“Governo encurralado”) projeta sentidos de que a prisão tem a ver com uma situação preocupante do governo do presidente Michel Temer, como se este estivesse sem saída ou solução frente às investigações iniciadas contra ele, o do **Estadão** (“Presidente acusado”) projeta um sentido que é díspar àquele, visto que *Geddel* é qualificado como alguém acusado, tal como o presidente (“Presidente acusado”); ora, ser acusado não significa o mesmo que ser encurralado, e ser acusado não tem o mesmo sentido que ser “amigo de Temer”, da mesma forma que ser um “presidente acusado” não tem os mesmos efeitos que estar “encurralado”.

No texto 4, as relações apositivas se dão tal como em T3 - até porque este texto, o da manchete de capa, é uma reescrituração por condensação de T4, ou seja, a notícia de capa é um resumo da notícia da seção. Assim, em (R3), “ex-ministro da Secretaria de Governo” é reescriturado pelo aposto “Geddel Vieira Lima” e *Geddel* é reescriturado pelo aposto “ex-integrante do núcleo duro da gestão do presidente Michel Temer”

Em (R4), *Geddel* é qualificado como “mais um político próximo a Temer e com acesso direto ao gabinete presidencial” que é preso, porém, essa qualificação não produz o mesmo efeito de ligação dele com o presidente Michel Temer, pois ela diz respeito mais ao presidente do que ao ex-ministro, como se a prisão de *Geddel* fosse só mais uma etapa na investigação contra o Governo: *Geddel* era um alvo para investigar a gestão de Michel Temer, e por isso o receio quanto à possibilidade de outros dois ministros do presidente se tornarem “os próximos alvos”.

Essa constatação parte da observação da relação integrativa no texto, ao se considerar os recortes como enunciados que fazem parte de um texto cujo tema já está

anunciado no chapéu da notícia. Assim, diferentemente dos textos 1 e 2, da Folha de São Paulo, T3 e T4 não reforçam o memorável da relação de *Geddel*, preso pela Polícia Federal, com o presidente Michel Temer, denunciado e acusado pela Procuradoria-Geral da República. Pelo contrário, essa relação é desfeita ao se enfatizar os problemas de *Geddel*, que já havia pedido demissão do governo atual após envolvimento em episódio que custou a saída do ministro da Cultura, cuja situação reforçou a crise no Governo (R5), além de ter a primeira acusação aos 25 anos de idade (R6). Ou seja, (R5) e (R6) servem como forma de desqualificar Geddel e mostrar que a prisão e acusação estão ligadas a seu histórico na vida pública e política, e que não estão ligadas à atual gestão da presidência.

Para fechar as análises sobre esse primeiro momento sobre *Geddel*, analiso a notícia divulgada em **O Globo** no mesmo dia das anteriores (04/07), a começar pela manchete de capa (FIG. 7).

Figura 7 - Capa de O Globo, 04 de julho de 2017.



Fonte: O Globo, 2017.

Essa notícia será tomada como texto 5, selecionando-se os recortes 1, 2, 3 e 4:

Texto 5

(R1) A república investigada

(R2a) Prisão de **Geddel** aumenta pressão sobre Temer

(R2b) É o *segundo ex-ministro* a ir para a cadeia; o primeiro foi Henrique Alves

(R3) *Peemedebista* é acusado de obstrução de justiça por tentar impedir delações; investigação começou com depoimento de Joesley Batista

(R4) No momento em que a CCJ da Câmara começa a analisar a denúncia da PGR contra o presidente Michel Temer, pelo crime de corrupção passiva, a PF prendeu ontem o ex-ministro **Geddel Vieira Lima (PMDB)**, *um dos mais próximos aliados do presidente e principal interlocutor do governo* até ser afastado no Congresso em novembro.

É interessante observar que o chapéu já aparece na capa do jornal, diferentemente dos outros dois jornais analisados. Esse chapéu (“A república investigada”) se aproxima do usado em a **Folha** (“Governo encurralado”) e se distancia daquele do **Estadão** (“Presidente acusado”), projetando o sentido de que a notícia da prisão está ligada ao Governo.

Em (R2b), *Geddel* é predicado como o segundo ex-ministro do governo de Michel Temer a ser preso, sendo que a prisão dele seria uma forma de pressão ao presidente (R2a). No recorte 3, *Geddel* é reescriturado como *peemedebista*, o que reforça sua ligação com Michel Temer, uma vez que este é do mesmo partido (PMDB), além de ser predicado como acusado de obstruir a Justiça. Por sua vez, em (R4), é reescriturado como “um dos mais próximos aliados do presidente” e como “principal interlocutor do governo até ser afastado do Congresso em novembro”, evocando-se, mais uma vez, o memorável de sua participação no governo de Michel Temer.

Considerando (R4), é possível atentar que além das duas reescriturações que atribuem sentido a *Geddel*, determinando-o como alguém de ligação com o presidente e de influência no Congresso, observe-se que a relação *Geddel-Temer* é reforçada no início do recorte, evocando-se o memorável da denúncia contra o presidente, investigado pelo crime de corrupção passiva. Desta forma, o locutor-jornalista é diluído pelo desdobramento do lugar de dizer em enunciador institucional - cuja marca está no chapéu -, enunciador universal (ao apresentar a denúncia contra *Temer* como um fato histórico e que antecede a prisão de *Geddel*) e em enunciador genérico – ao fazer significar a relação de proximidade de *Geddel* e *Temer* como algo de conhecimento geral.

Ressalte-se que a notícia de capa, embora apareça na primeira página do jornal, é uma reescrituração por condensação da notícia divulgada na sessão do jornal (FIG. 8), feita a partir do trabalho do editor ou de uma equipe editorial. Assim, ambas se dão em acontecimentos e cenas enunciativas diferentes, o que caracteriza o funcionamento político do dizer jornalístico: os modos de dizer da instituição não são os mesmos

Figura 8 - Notícia de O Globo, 04 de julho de 2017.



Fonte: O Globo, 2017.

Como no texto 5, este texto tem como chapéu “A república investigada”, implicando isso num direcionamento de que a notícia diz respeito às investigações contra o governo do presidente Michel Temer. No título não aparece um apostrofo, mas o subtítulo apresenta uma relação apositiva, caracterizando *Geddel* como “amigo de Temer”. Deste texto, selecionamos os recortes 1, 2, 3, 4 e 5.

Texto 6

(R1) A república investigada

(R2a) Mais um aliado preso

(R2b) Amigo de Temer, **Geddel** é acusado de tentar impedir delação de Cunha e Funaro

(R3) A Polícia Federal prendeu ontem o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer. **Geddel é acusado** de tentar impedir eventual acordo de delação premiada do doleiro Lúcio Funaro e do ex-deputado Eduardo Cunha, ambos presos. Também é suspeito de manter longe do alcance da polícia mais de R\$ 20 milhões que teria recebido de suborno por intermédio de Funaro. **Geddel é o segundo ex-ministro de Temer** a ser preso.

(R4) A prisão de Geddel aumenta a pressão política sobre Temer [...]. Temer é investigado por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça. **Geddel é uma das peças-chave** na investigação sobre obstrução de justiça.

(R5a) **Geddel** é um dos homens de confiança do presidente, a quem chama de ‘fraterno amigo’

(R5b) Aliados do presidente Michel Temer descrevem sua relação com *Geddel Vieira Lima* como de “alinhamento total”. Apesar das diferenças de estilo [...], o ex-ministro, que nunca deixou o PMDB, *é um dos homens de confiança de Temer*.
 (R5c) **Geddel** e Temer são amigos há décadas.

Diferenciando-se dos textos anteriores, em que *Geddel* sempre aparece no título, a notícia não apresenta esse nome em seu título, mas com um enunciado que o cataforiza (“Mais um aliado preso”) atribui o sentido de que a prisão de *Geddel* esteja ligada à sua relação com o Governo e às investigações contra o presidente Michel Temer. No subtítulo, *Geddel* é reescriturado pelo aposto “Amigo de Temer”, tal como no texto 1. Essa reescrituração permite que se faça uma projeção de que a amizade entre os dois possa intensificar as investigações sobre o presidente Michel Temer.

Em (R3), há duas relações apositivas que reescrituram *Geddel*: “Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)” especifica “ex-ministro”; e “um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer” explica “Geddel Vieira Lima (PMDB)”, sendo que *Geddel* tanto é determinado por essas relações, quanto as determinam.

A relação de *Geddel* com o presidente é marcada, no texto, pelas predicções que colocam *Geddel* como “um dos mais próximos aliados do presidente”, “o segundo ex-ministro de Temer a ser preso”, “uma das peças-chave”, “um dos homens de confiança do presidente”, “ex-ministro, que nunca deixou o PMDB”, além da relação de amizade entre os dois. Ora, essas reescriturações e predicções fazem *Geddel* significar para além do nome próprio jurídico, e o apontam como um nome público e transparente, cuja aparente referência seja de um político conhecido que tem ligação com o presidente da república; ligação esta que poderia fortalecer as investigações contra o presidente Michel Temer. Nesse acontecimento enunciativo, *Geddel* significa mais por seu relacionamento com o presidente Michel Temer, do que por sua identidade como político, ex-ministro ou mesmo alguém que fora acusado e preso.

3.2 Geddel, um criminoso em série?

Passa-se agora à análise de duas notícias¹⁴ divulgadas um dia depois (05/07) daquelas analisadas anteriormente, sendo a primeira no jornal **Estadão** (FIG. 9).

¹⁴ Aqui foi feita uma escolha a partir do enunciado “Geddel é ‘criminoso em série’”, presente nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo no dia 05 de julho de 2017, mas ausente no jornal Folha de São Paulo – este, por sua vez,

Figura 9 – Notícia de O Estadão, 05 de julho de 2017.



Fonte: O Estado de São Paulo, 2017.

Assim como em T2, o título e a notícia são uma reescrituração por expansão do chapéu, isto é, todo o texto é uma ampliação detalhada de um assunto que envolve o presidente da república. Para tanto, observem-se os recortes a seguir:

Texto 7

(R1) Presidente acusado

(R2a) Geddel é 'criminoso em série', **diz Procuradoria**

(R2b) MPF alega que prisão é necessária para interromper continuidade delitiva; ex-ministro de Temer foi levado para penitenciária da Papuda.

(R3) O ex-ministro da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima voltou ontem para a capital federal, mas agora foi direto para a Penitenciária da Papuda. Preso anteontem, o aliado do presidente Michel Temer **foi chamado de "criminoso em série" pelo Ministério Público Federal (MPF).**

(R4) No pedido de prisão preventiva enviado à Justiça, **os procuradores sustentam que o ex-ministro é "criminoso em série" [...]** (O ESTADO, 2017, p. A7, grifos nossos)

No texto 7, o chapéu ("Presidente acusado") projeta sentidos, abrindo uma futuridade de interpretação mais uma vez, de que a notícia está ligada ao presidente Michel Temer, ou seja, de que o que será tratado não tem a ver simplesmente com uma acusação feita

não publicou notícia a partir desse enunciado, e apresentou notícia de título "Detenção enterra plano político de Geddel na BA".

pelo Ministério Público Federal a *Geddel*, mas também e sobretudo com o governo, a partir do memorável da denúncia e acusação de corrupção passiva de presidente Michel Temer – memorável este sustentado pela notícia do dia anterior (T3), que destacou a prisão de *Geddel* e o receio do Governo quanto às investigações que poderiam ser feitas a outros dois ministros.

Observando o título (R2a), *Geddel* não é determinado por um apostrofo, como se esse nome próprio não precisasse de uma explicação ou especificação, a partir da relação apositiva, mas é apresentado como se fosse conhecido, como se o sentido de quem seja *Geddel*, no imaginário social, fosse transparente. Embora a determinação do nome de *Geddel* não se dê por aposição, esse nome é determinado a partir de sua predicação, uma vez que *Geddel* é apresentado como alguém que comete crimes em série (“*Geddel* é ‘criminoso em série’[...]”).

Nesse texto, a relação apositiva aparece somente em (R3), quando “*Geddel* Vieira Lima” especifica “ex-ministro da Secretaria de Governo”. Além disso, há uma diferença quanto aos outros textos já analisados: a presença do discurso direto, evidenciado pelas aspas e pelo verbo *dicendi* “dizer”. Esse dizer sustentado a partir do dizer de uma instituição (MPF), para além de buscar respaldar a neutralidade jornalística, é uma forma de se buscar o apagamento do embate entre o falso e o verdadeiro: ao se apropriar da fala do MPF sobre *Geddel*, mas mantendo “distância” – com o uso das aspas e do verbo *dicendi* –, o locutor-jornalista busca apresentar aquele dizer como uma verdade acima de uma opinião pessoal; ou seja, apresentar, na notícia, *Geddel* como criminoso não é uma escolha do locutor-jornalista ou do jornal, mas uma verdade posta por uma instituição que tem autoridade para fazê-lo.

Aqui, cabe pontuar algumas considerações. Primeira: a cena enunciativa e o acontecimento enunciativo da notícia não são os mesmos que o do pedido de prisão feito pelo MPF – o pedido, como documento jurídico oficial; e a notícia apenas se baseia no pedido, mas não o reproduz. Segunda: não há evidências desse pedido na notícia, a não ser as citações diretas do texto dos procuradores e o relato feito pelo locutor-jornalista sobre o pedido – como se o locutor-jornalista fosse a origem do dizer, apresentando-se com um discurso verdadeiro e inquestionável. Terceira: esse cruzamento de uma cena para outra, tido pelo locutor-jornalista como transparente e evidente, é um gesto de interpretação – do lugar social de jornalista, o falante toma o texto do pedido de prisão e, a partir desse lugar, o interpreta, possibilitando um outro texto que não é mais aquele do pedido.

Com isso, esse deslizamento do discurso direto para o discurso indireto está além de um mecanismo de neutralidade jornalística, e que é uma marca do político na linguagem,

que tensiona os dizeres e explicita a disparidade dos dizeres: com as aspas e os verbos *dicendi*, o locutor-jornalista nem nomeia nem qualifica *Geddel* como criminoso, mas aponta que essa nomeação é feita pela Procuradoria. Isso é reforçado em outros dois recortes: em (R3) – “[...] o aliado do presidente Michel Temer **foi chamado de ‘criminoso em série’ pelo Ministério Público Federal (MPF)**” – e em (R4) – “[...] os procuradores **sustentam que o ex-ministro é um ‘criminoso em série’**”.

Tal como em T7, o texto 8, de **O Globo**, tem sua cena enunciativa a partir de outra cena enunciativa (o pedido de prisão de Geddel).

Texto 8

(R1) A República investigada

(R2a) Para MPF, *Geddel* é ‘**criminoso em série**’ e faz do crime sua ‘carreira’
(R2b) Ex-ministro vai para Papuda e fica na ala em que Rocha Loures esteve preso

(R3) O ex-ministro da Secretaria de Governo, *Geddel Vieira Lima* (PMDB-BA), preso em Salvador na última segunda-feira, foi transferido na tarde desta terça-feira da Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, onde chegara na madrugada, para o Complexo Penitenciário da Papuda, localizado a 17 quilômetros do Palácio do Planalto, onde despachou até novembro do ano passado. O peemedebista vai ficar na ala para presidiários que têm curso superior, a mesma em que o ex-deputado e ex-assessor especial do Planalto Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) esteve preso.

(R4) *Um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer*, *Geddel* é acusado de tentar impedir eventual acordo de delação premiada do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do doleiro financeiro Lúcio Bolonha Funaro, ambos presos.

(R5) No pedido de prisão de *Geddel*, o MPF afirma que o peemedebista é um “**criminoso em série**”, que faz dos crimes financeiros e contra a administração pública “sua própria carreira profissional”. (O GLOBO, 05/07/2017, grifos nossos).

O chapéu (“A República investigada”), como elemento catafórico no jornal, isto é, como prenúncio do que será desenvolvido na notícia, tem a ver com as investigações sobre o governo do presidente Michel Temer. Isso possibilita um gesto de interpretação de que a prisão de *Geddel*, ocorrida no dia anterior, e os desdobramentos dela não dizem respeito a um fato criminoso relacionado ao ex-ministro, mas sim de sua ligação com o Governo.

Nesse texto, não há relação apositiva nem no título nem no subtítulo, como se o significado do nome *Geddel* fosse transparente, de conhecimento geral. No entanto, essa ausência não exclui as determinações sobre esse nome, mas aponta para outras determinações

como a reescrituração e a predicação. A primeira pode ser observada na substituição de *Geddel* por *Ex-ministro*, e a segunda na predicação “Geddel é ‘criminoso em série’”, sendo que essa predicação se dá com o cruzamento dos discursos indireto e direto, respectivamente.

Ausente em R2, o aposto aparece nos recortes 3 e 4. Em R3, Geddel é reescriturado por “ex-ministro da Secretaria de Governo”, que tem como aposto o nome completo (“Geddel Vieira de Lima”) e mais o partido dele (PMDB). Esse aposto explica quem seja “o ex-ministro [...]”, determinando o sentido deste e sendo determinado por ele. Dessa forma, Geddel, chamado de “criminoso em série” pelo MPF, é relacionado ao governo quando se menciona o seu antigo cargo e o partido ao qual é filiado, sendo que em ambos os casos isso direciona para o presidente Michel Temer.

Em R4, a relação apositiva é de explicação, na qual *Geddel* é antecedido por seu aposto (*Um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer*). Com isso, *Geddel* é determinado não como alguém que comete um crime, mas como alguém que está sendo acusado e que tem forte ligação com o presidente da república, o qual está sendo investigado.

Interessa agora descrever a cena enunciativa desse texto. Nessa notícia, o locutor-jornalista é agenciado por um dizer do locutor-instituição que fala de um lugar de dizer institucional (o Ministério Público Federal) – ressalte-se que esse dizer faz parte de outra cena e de outro acontecimento enunciativos: o pedido de prisão feito pelos procuradores do MPF. Observa-se, tal como no texto 7, que o locutor-jornalista evidencia que essa nomeação (ou identificação) de *Geddel* é feita por outro Locutor (o MPF) – e isso se dá por meio das aspas e das expressões “Para MPF”, “é acusado”, e “o MPF afirma que”. Assim, ao citar um dizer que não seja seu, o locutor-jornalista responsabiliza essa nomeação (*criminoso*) ao Ministério Público Federal (MPF), como uma forma de sustentação da imparcialidade jornalística e do “apagamento” da subjetividade, primando a objetividade.

Ora, se o enunciador institucional (MPF) nomeia *Geddel* como “criminoso em série”, a não nomeação pelo locutor-jornalista significa uma recusa ao nome dado por aquele, por isso é um ato político, por instaurar uma contradição à normatividade. Nesse acontecimento, o locutor-jornalista não apenas nega ou recusa a história enunciativa de quem seja um *criminoso*, como também nomeia o sujeito de diferentes formas (*ex-ministro*, *peemedebista*, *aliado*), fechando, silenciando outras formas de nomeação (*criminoso*, *bandido*). Assim, nessas cenas enunciativas, para além de expor um dizer, uma afirmação, dos procuradores, que “chama” *Geddel* de criminoso, o locutor-jornalista argumenta o seu contrário: *Geddel* foi

chamado de criminoso, mas não o chamo assim; ele é o *Geddel*, o ex-ministro, o peemedebista, o aliado do presidente Temer.

Assim, a orientação argumentativa em T7 (“*Geddel é ‘criminoso em série’*”, diz *Procuradoria*”) e em T8 (“Para MPF, *Geddel* é ‘criminoso em série e faz do crime sua ‘carreira’”) poderia ser parafraseada assim: “A Procuradoria (ou MPF) chama *Geddel* de criminoso, logo, *Geddel* é criminoso”, indicando para a interpretação de que, se o locutor-instituição trata o político como criminoso, o locutor-jornalista também o faria. No entanto, o argumento do locutor-jornalista – recortado pelo memorável da imparcialidade jornalística (evidenciado pelo apagamento das marcas de personalidade e pelo uso dos verbos *dicendi*) e de quem seja *Geddel*, o político e ex-ministro – é justamente a omissão e recusa por essa nomeação, sustentando uma posição contrária, posição esta política. E essa nova interpretação se dá no e pelo acontecimento enunciativo, que produz e sustenta a argumentação.

As aspas em *Geddel é ‘criminoso’* não são uma repetição desse enunciado, pelo contrário, são uma contradição, uma inaceitação a esse dizer, visto que o enunciado não é apropriado pelo dizer do locutor-jornalista – se este usasse o discurso indireto, por exemplo. As aspas e os verbos *dicendi* não são uma “imitação” ao dizer do MPF, não são um reforço, mas são marcas de um distanciamento, de uma não-neutralidade e de um texto marcado pela subjetividade.

Para finalizar essas análises, foi observado que *Geddel*, nos acontecimentos enunciativos das notícias, além de ter o significado de seu nome apresentado como evidente, é designado tanto como um nome próprio que se torna público, a partir das enunciações nas notícias, quanto um político corrupto, uma pessoa que ocupou cargos de destaques e que tem ligação com o presidente da república – este, denunciado por corrupção passiva. Também para como o político, tal como apresentado pela Semântica do Acontecimento, é instalado nas notícias, em que um mesmo caso é apresentado de diferentes formas, e como uma pessoa é identificada de maneiras variadas, mesmo em uma mesma notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar o político, esse lugar que distribui desigualmente o acesso à fala, e ao entender que é o acontecimento que agencia o falante a dizer (delimitando quais as formas, como dizer e o que dizer), percebe-se que não há nem diálogo nem acordo, mas dissenso, disputa; e isto porque entende-se que a figura do leitor não é correlata à do autor e que essa relação (simétrica e linear) autor-texto-leitor é equivocada, visto que o acontecimento de leitura é outro diferente do da escrita.

A cena enunciativa, assim, permite observar que o locutor, ao se colocar como origem do dizer – o mito adâmico –, desconhece que sua fala, seu dizer, só é possível ou porque o faz a partir de um lugar social que o predica (locutor-x), ou porque há um lugar enunciativo que sustenta esse dizer (E).

Ao ser agenciado, o falante toma o dizer como seu, mas só o faz a partir de um lugar social (l-x) e também de um lugar de dizer (enunciador). Embora haja, no texto, uma argumentação que direcione para uma interpretação, é preciso observar que o acontecimento enunciativo e a cena apontam para não apenas uma direção: o lugar social, o lugar de dizer, o memorável, tudo isso divide o dizer e possibilita outras direções; direções estas entendidas como uma sustentação de uma posição (GUIMARÃES, 2013).

Assim, ao ser agenciado na cena enunciativa, o locutor-jornalista fala (escreve) de uma determinada forma e não de outra, sustentado por um enunciador institucional que lhe concede a fala como homogênea, imparcial e objetiva, como se fosse a própria origem do dizer e como se este fosse a-histórico, original e único; ou seja, no acontecimento enunciativo é possível observar a sustentação de uma posição neutra, mas que, ao mesmo tempo, direciona (argumenta) para uma isenção seletiva, evidenciada a partir dos discursos direto e indireto e dos verbos *dicendi*. Isto porque, ao relatar um enunciado de uma fonte, esse relato já é uma outra enunciação, e que possui marcas próprias que não são aquelas do primeiro enunciado.

A citação, pelo locutor-jornalista, da fala do locutor-instituição pode ser interpretada não como uma fala de autoridade para legitimar e sustentar o texto – como diz o princípio da fonte jornalística –, mas como um silenciamento de uma repetição do dizer. Ou seja, ao não repetir a nomeação de “criminoso” a *Geddel*, o locutor-jornalista atribui esse efeito de nomear a outro dizer, sendo que este é legitimado por um lugar de dizer (enunciador) que se mostra como neutro, apartidário e que não emite opiniões.

Como foi observado, a notícia produz o efeito como esse lugar do “não-eu”, do apagamento da subjetividade, da prevalência da objetividade, do informacional que extingue marcas e valores opinativos. Esta foi a problemática: se o texto jornalístico (notícias) é diferente de um editorial e um artigo de opinião – e se esse texto tem, ao longo dos tempos, buscado apagar as marcas do “eu” jornalístico –, como fazer a análise e apontar que o jornalista apresenta, sim, marcas de subjetividade no próprio texto? Ora, essa resposta pode ser dada a partir da observação e reconhecimento, no texto e nas suas relações integrativas, de que, ao desmanchar seus “rastros”, o jornalista desconhece que essa remoção do “eu” sustenta uma posição na enunciação a partir de um lugar social que ele ocupa (locutor-jornalista); posição esta política – no sentido que demos aqui ao longo de nosso trabalho.

Feito este percurso, pode-se identificar que o mito do jornalista como a “voz” que fala sobre algo e por alguém – voz que se dá como de alguém presenciando um fato, narrando-o mas que, ao mesmo tempo, tenta apagar sua participação na narrativa. É um duplo paradoxo que se prolonga: presente mas ausente, se aproxima com certo distanciamento e faz o relato com objetividade mas o faz explorando com a própria subjetividade.

De um olhar semântico, essa busca pela “verdade” e/ou “objetividade” nos três jornais é configurada como política, como um conflito de sentidos instalado por uma contradição: uma notícia é feita a partir de uma série de opções e delimitações, sendo que estas já são marcas de uma tomada de posição frente a um fato – ao falar de algo, fala-se desta forma e não de outra, produzindo este sentido e silenciando outros.

Como semanticista, é preciso observar que esses modos de enunciar da notícia – esse lugar tomado como o mais objetivo, imparcial e neutro – são um efeito, uma construção de elementos na enunciação que assim se apresentam. Isso pode ser observado a partir da recorrência do nome público *Geddel*, e não do nome de batismo ou como “criminoso”, o que marca a tentativa do apagamento do funcionamento político nessas enunciações.

Nos casos analisados, as reescrituras por aposição legitimam e sustentam a posição de *Geddel*: um político, que já foi ministro de governo e aliado do presidente da República; ele não é “qualquer um”. Isso porque o agenciamento da enunciação de nomear alguém é a não separação da pessoa nomeada e do nome dela, por meio do acontecimento enunciativo em que se dá o nome (GUIMARÃES, 2002, 2012); é a identificação de uma pessoa frente a tantas outras; é a especificação e particularização diante de fatos genéricos.

Assim, num mesmo texto, *Geddel* não é determinado e nem designado da mesma maneira. E essa diferença está no texto: na relação com seu nome próprio sendo determinada e nomeada de diferentes formas, havendo mais de uma possibilidade de designá-lo. Ora, essas diferentes perspectivas estão dentro de um texto que, aparentemente, fala da mesma pessoa. Além disso, mesmo preso por cometer um crime, *Geddel* não é nomeado como criminoso, mas como “ex-ministro”, “amigo de Temer”. Essa diferenciação também é vista se comparado os jornais: enquanto a **Folha** predica *Geddel* como “acusado”, o **Estadão** o predica como “suspeito”.

Foi também possível observar que, apesar do objetivo de pesquisa ser a designação de *Geddel*, a análise pode apontar, também, a designação de *Temer*, ou seja, para como a designação de *Temer* importa o estudo sobre os sentidos *Geddel*.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich (1987). **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BENVENISTE, Emile (1976). **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Gloria Novak, Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Emile (1977). **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 22. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.
- BRÉAL, Michel (1887). **Ensaio de semântica**: ciência das significações. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016.
- DELA-SILVA, Silmara. A análise de discurso e a formação do jornalista. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, Pouso Alegre, v.7, p.01-04, jul. 2013.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo (1995). **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Texto e enunciação. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29360>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- GUIMARÃES, Eduardo (2002). **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, jun. 2003, p. 53-62. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/647>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântica de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. Revista e ampliada. Campinas: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Um contra argumento delocutivo: “Fala sério!”. **Línguas e Letras**, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 85-101. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1709>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 51 (1), jan./jun. 2009, p. 49-68.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto: Procedimentos, Análises, Ensino**. Campinas: RG, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. Aposto e nome próprio. **Entremeios**, Pouso Alegre, n. 5, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/99.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Argumentatividade e argumentação. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, 2013, p. 271-283. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/3847>>. Acesso em 13 jun. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Ler um texto: uma perspectiva enunciativa. **Revista da ABRALIN**, v.12, n.2, p. 189-205, jul./dez. 2013, p. 189-205. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/38246>>. Acesso em: 23 maio 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 40, jan./mar. 2014, p. 49-68. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/fragmentum/article/view/17264>>. Acesso em 23 maio 2016.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto. **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João, 2007.

MACHADO, Carolina de Paula. **Política e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do Século XX**. 2011. 258 p. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270567>>. Acesso em: 04 mar.. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário: praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

OLIVEIRA, Sheila Elias Oliveira. **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. Tradução Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally; Coorganização de Albert Riedlinger. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005. 1v.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 9. ed. Lisboa: Presença, 2006.